



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial



Ministério da
Economia Digital

Plano de Atividades e Orçamento 2022



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

(Nos termos de resolução n.º 1/2003, de 03 de Fevereiro)

DGPOG | MFFE e MED

2022

www.mf.gov.cv/www.facebook.com/VicePMeMFOficial

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

(Nos termos de resolução n.º 1/2003, de 03 de Fevereiro)

DGPOG | MFFE e MED

www.mf.gov.cv/www.facebook.com/VicePMeMFOficial



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**



**Ministério da
Economia Digital**

Plano de Atividades e Orçamento 2022

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E FOMENTO EMPRESARIAL MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIGITAL

Avenida Amílcar Cabral, CP nº 30

Cidade da Praia

República de Cabo Verde

Tel.: (+238) 260 74 91

<http://www.mf.gov.cv>

Ficha Técnica

Título

PLANO ATIVIDADES E ORÇAMENTO

PAO 2022

Autor/Editor

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

DGPOG

Edição

Dezembro 2021



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**



**Ministério da
Economia Digital**

Plano de Atividades e Orçamento 2022

ÍNDICE

1.	Síntese executivo	1
1.1.	Missão, Visão e Valores	3
1.2.	Estrutura Orgânica E Funcionamento MFFE E MED.....	4
2.	Introdução	8
3.	Objetivos e Estratégias	8
3.1.	Modelo De Governance	9
3.2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	10
3.3.	Objetivos Táticos Vs. Operacionais	19
4.	Dotação dos Recursos.....	44
4.1.	Gestão Dos Recursos Humanos.....	44
4.2.	Dotação Orçamental.....	48
5.	Plano de Formação Profissional e Política Integradas de Emprego e Empregabilidade	52
5.1.	Formação, Estágio Profissional E Empreendedorismo	53
5.2.	Políticas Ativas De Emprego E Empregabilidade	53
6.	Programas de Apoio à Economia.....	54
6.1.	Financiamento Do Setor Privado - MPME Nacional	54
6.2.	Desenvolvimento Empresarial E “Networking”	55
6.3.	Mobilização De Investimentos Globais De Qualidade.....	56
7.	Padrões da Promoção da Economia Digital.....	58
8.	Gestão e Mitigação dos Riscos das Atividades e Orçamentais.....	59
9.	Execução, Seguimento e Avaliação	62
10.	Plano Atividades Previstas dos Subsectores (PAO 2022 - Anexos)	63

ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

<i>Gráfico 1. Produtos Entregáveis por Direção.</i>	2
<i>Figura 1. Programas. Tabela Dinâmica Orçamento MFFE 2022.</i>	3
<i>Gráfico 2. Número Colaboradores.</i>	45
<i>Figura 2. Gênero MFFE.</i>	45
<i>Figura 3. Habilidades Literárias.</i>	46
<i>Figura 4. Estágios.</i>	47
<i>Figura 5. Plano Formação.</i>	48
<i>Figura 6. Orçamento.</i>	49
<i>Figura 7. Tipos de risco.</i>	60
<i>Figura 8. Matriz de Risco.</i>	61

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1. Organograma MFFE</i>	7
<i>Quadro 2. Organograma MED</i>	7
<i>Quadro 3. Modelo de Governance</i>	9
<i>Quadro 4. Financiamento da economia.1</i>	11
<i>Quadro 5. Financiamento a Economia.2</i>	12
<i>Quadro 6. Melhoria de Ambiente de Negócios</i>	13
<i>Quadro 7. Transformação da Economia Digital</i>	15
<i>Quadro 8. Qualificação e Empregabilidade.1</i>	16
<i>Quadro 9. Qualificação e Empregabilidade.2</i>	17
<i>Quadro 10. Qualificação e Empregabilidade.3</i>	18
<i>Quadro 11. Qualificação e Empregabilidade.4</i>	18
<i>Quadro 12. Boa Governança e Transparência</i>	19
<i>Quadro 13. Gabinete VPM</i>	19

Quadro 14. Gabinete de Assessores da Comunicação e Imagem VPM.	20
Quadro 15. DGPOG.	21
Quadro 16. Quadro: UTIC.1.(cont.)	21
Quadro 17. CEJFA.1	23
Quadro 18. DNP.1	23
Quadro 19. DNOCP.1	29
Quadro 20. DNRE.1	30
<i>Quadro 21. DGT.1</i>	32
<i>Quadro 22. DGPCP</i>	33
<i>Quadro 23. DGE.1</i>	33
<i>Quadro 24: DGTED 1</i>	34
<i>Quadro 25: UASE.1</i>	35
Quadro 26: IGF.1	39
<i>Quadro 27: UGPE.1</i>	41
<i>Quadro 28: CVTI.1</i>	42
Quadro 29: IEFP	43
Quadro 30: Pro-Empresa.1	43
Quadro 31: Pro-Empresa	43
Quadro 32: Observatório do Mercado do Trabalho	44
Quadro 33. Recursos Orçamentais por programa	50
<i>Quadro 34. Grandes Rubricas Orçamento.</i>	51



LISTA DE ACRONIMOS

- ABS - Aquisições de Bens e Serviços
BM – Banco Mundial
BUI - Balcão Único do Investidor
CIN – Centro Internacional de Negócios
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DB - *Doing Business*
DNAP - Direção Nacional da Administração Pública
DNP – Direção Nacional do Planeamento
DNOCP – Direção Nacional de Orçamento e da Contabilidade Pública
DNRE – Direção Nacional de Receita do Estado
DGCI – Direção Geral de Contribuição e Impostos
DGCP – Direção Geral do Património e da Contratação Pública
DGPOG – Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão
DGT – Direção Geral do Tesouro
DGA – Direção Geral das Alfandegas
EP – Empresas Públlicas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE – Fundo Nacional de Emergência
GRO – Gestão de Risco Orçamental
GRD – Gestão de Risco da Despesa
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
IFs – Instituições Financeiras
IGF – Inspeção Geral das Finanças
IUR – Imposto Único sobre Rendimento
MED – Ministério da Economia Digital
MFFE – Ministério das Finanças e Fomento Empresarial
MPME - Micro, Pequenas e Médias Empresas
NEET - jovens cabo-verdianos dos 15 a 24 anos de idade, sem emprego e fora do Sistema de Ensino ou de Formação
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OE – Orçamento do Estado
PPP – Parceira Público Privada
PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.
PEID - Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PEPAP - Programa de Estágio Profissional na Administração Pública
PEPE - Programa de Estágio Profissional e Empresarial
PIB – Produto Interno Bruto
QEMP - Quadro do Endividamento de Médio Prazo
QOMP - Quadro Orçamental de Médio Prazo
RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
UASE – Unidade de Apoio ao Setor Empresarial do Estado
UGPE – Unidade de Gestão de Projetos Especiais
UTIC – Unidade de Tecnologias da Inovação e Comunicação
ZEET - Zona Económica Especial para Tecnologias



1. Síntese executivo

O Plano de Atividades e Orçamento do Ministério das Finanças, Fomento Empresarial (MFFE) e Ministério da Economia Digital (MED) para 2022 foi elaborado tendo em conta as linhas programáticas manadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável II [2022-2026] e, mais especificamente como alinhamento que confere a previsibilidade e continuidade à atuação administrativa no médio e longo prazo, no quadro do novo Governo da X^a Legislatura.

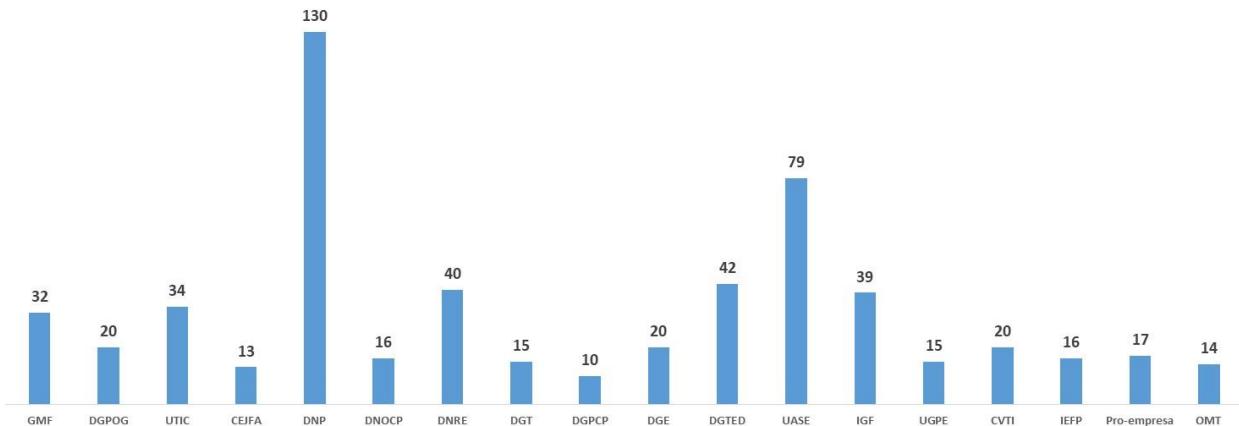
O presente documento tem como objetivo apresentar sucintamente, a visão, missão, orientações estratégicas e o conjunto de objetivos, atividades e produtos entregáveis relevantes que se prevê e a ser desenvolvidas para o ano orçamental de 2022.

○ Macro Objetivos do MFFE e MED:

- 1. Financiamento da Economia como garante da Consolidação Orçamental e da Dívida Pública, bem como a Redução dos Riscos Macro Fiscais.**
- 2. Reforço da Competitividade Fiscal, melhoria da Eficácia da Administração Tributária e fomento da Competitividade Fiscal em coordenação nos diferentes eixos de intervenção do MFFE e MED;**
- 3. Transformação da Economia Digital visando o desenvolvimento da Estratégia Digital de Cabo Verde, elevar o patamar do país como plataforma internacional e fornecedor de serviços digitais assumindo a intenção de assumir o papel de "*hub digital*" e "*porta de entrada para a África Ocidental*";**
- 4. Qualificação e Empregabilidade como reforço da formação profissional e estágios profissionais, valorização económica e social das profissões, aumento da abrangência do ecossistema de qualificação e financiamento do empreendedorismo visando a Promoção ativa do emprego;**
- 5. Boa Governação e a Transparência que aplica as melhores práticas, apostando no *accountability*, ou seja, em mecanismos de avaliação do desempenho para responsabilizar os dirigentes e o pessoal, mas, também, valorizar o bom desempenho, o mérito promovendo assim o profissionalismo e a realização da condição laboral.**

- O PAO do MFFE e do MED para o ano 2022 compreende 572 Produtos repartidos pelas Direção, dos quais 183 Produtos partilhados, bem como apresenta produtos por dirigentes.

Gráfico 1. Produtos Entregáveis por Direção.



Para o efeito, para o presente ano, estima que o MFFE e o MED contam com 663 (seiscentos e sessenta e três) trabalhadores, dos quais 72 são dirigentes superiores e intermédios.

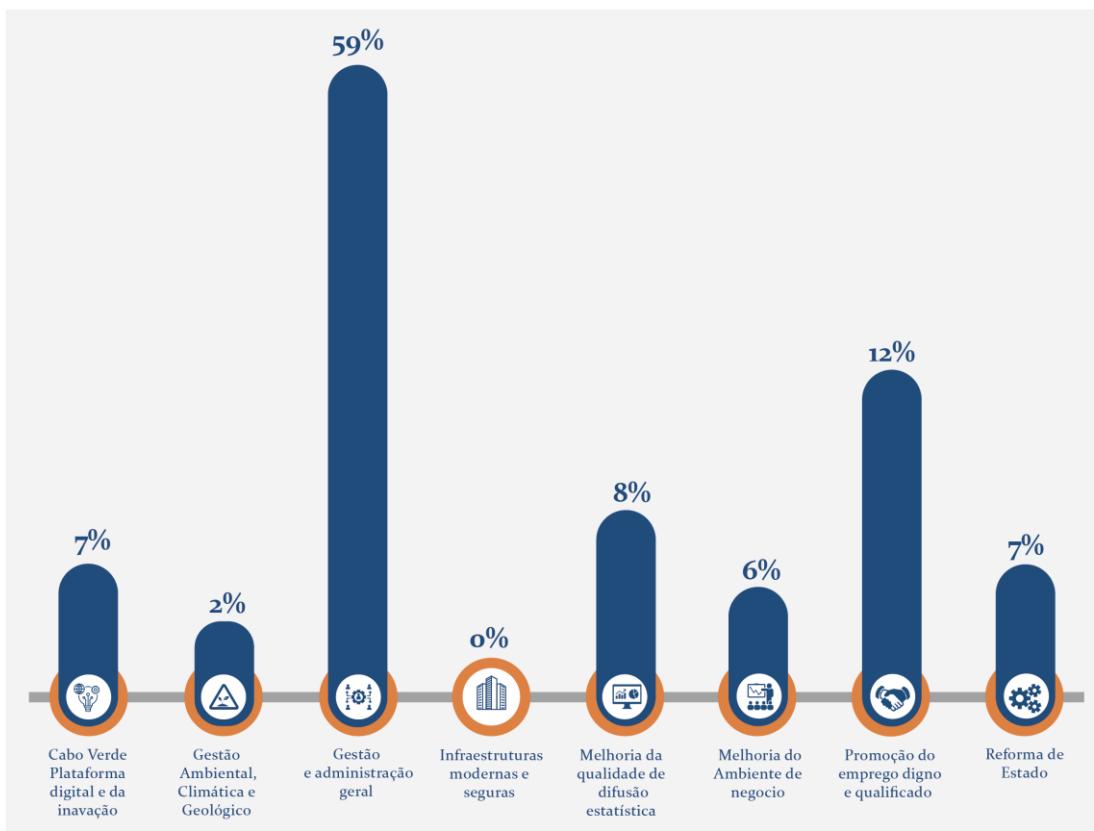
O quadro Orçamental dotado do MFFE e MED para o ano económico de 2022, totalizam o montante de **6.937.066.874\$00** (seis bilhões, novecentos e trinta e sete milhões, sessenta e seis mil e oitocentos e setenta e quatro escudos), excluindo os encargos comuns que são despesas do Estado, conforme a proposta no sistema e dados da DNOCP e DNP.

O MFFE e MED definiram como prioridade os Programas, mormente:

- ✓ Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação;
- ✓ Gestão de Risco Ambiental, Climática e Geológico;
- ✓ Gestão e Administração Geral;
- ✓ Infraestruturas Modernas e Seguras;
- ✓ Melhoria da Qualidade de Produção e Difusão Estatística;
- ✓ Melhoria do Ambiente de Negócio;
- ✓ Promoção do Emprego Digno e Qualificado; e
- ✓ Reforma do Estado.

Na sua persecução, foi dotado valores no sentido de dar corpo ao Programa do Governo para esta nova Legislatura a iniciar, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 1. Programas. Tabela Dinâmica Orçamento MFFE 2022.



A concretização estratégica exposta permite visualizar claramente o rumo a seguir, fortalecendo a organização e aumentando, por isso, as possibilidades e probabilidade de sucesso.

1.1. Missão, Visão e Valores

○ Missão

Nos termos do Decreto-Lei nº 53/2021, de 6 de agosto, que aprova a Lei Orgânica do Governo da X Legislatura, o Ministério das Finanças, Fomento Empresarial e o Ministério da Economia Digital, abreviadamente de MFFE e MED representam como departamentos governamentais que tem por missão a realização do Programa do Governo para as áreas das finanças e desenvolvimento empresarial conceber, propor, coordenar, executar e avaliar a implementação das políticas do Governo em matéria de gestão das finanças do Estado nos domínios do orçamento, sistema fiscal, tesouro e património, e ainda nos domínios da privatização,

reformas económicas, competitividade da economia, fomento empresarial, atracão de investimentos, qualificação para o emprego e para o empreendedorismo, inovação, tics, economia digital, planeamento e aquisições públicas.

- **Visão**

Departamento governamental de referência, em que a firmeza na atuação é de extrema relevância e a credibilidade uma condição de sucesso.

- **Valores**

Pauta pelos seguintes valores institucionais:

- ✓ **Conhecimento** – gerir as competências dos trabalhadores e considerar o Conhecimento acumulado como o principal recurso da instituição e criar uma identidade e cultura assentes no reconhecimento individual;
- ✓ **Rigor** - Atuar com exigência e equilíbrio, transmitindo segurança nas iniciativas e respostas dadas; e
- ✓ **Accountability** - Desenvolver o sentido de missão e o compromisso para com o serviço público.

1.2. Estrutura Orgânica E Funcionamento MFFE E MED

O MFFE e o MED, são dirigidos superiormente pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e coadjuvado no exercício das suas competências pelo Secretário de Estado das Finanças, a Secretaria de Estado do Fomento Empresarial e o Secretário de Estado da Economia Digital.

Prosseguem as suas atribuições através de órgãos e serviços centrais de apoio, planeamento, gestão, conceção de políticas e estratégias, bem como de pessoas coletivas públicas integradas na administração indireta e empresarial do Estado, nos termos da presente orgânica e da legislação especial aplicável, cita Decreto-lei n.º 76/2021. De 2 de novembro e Decreto-lei n.º 78/2021, de 10 de novembro, MFFE e MED, respetivamente.

Segundo a configuração Orgânica do MFFE e MED, conforme a publicação do Decreto-lei n.º 76/2021, de 2 de novembro e do Decreto-lei n.º 78/2021, de 10 de novembro, respetivamente, considerando os chamados Serviços Centrais:

I. Órgãos Consultivos e de Articulação:

- a) O Conselho do Ministério (CM);
- b) O Conselho Consultivo Tributário (CCT);
- c) O Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional (CNEFP);
- d) O Conselho Nacional de Desenvolvimento do Setor Financeiro(CNDSF);
- e) O Conselho Nacional de Desenvolvimento do Setor Privado(CNDSP);
- f) O Conselho Consultivo da Economia Digital (CCED).

II. Serviços Centrais de Apoio, Planeamento e Gestão:

- a) O Gabinete do Ministro e o Gabinete dos Secretários de Estado (GM e GSE);
- b) A Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão(DGPOG);
- c) A Unidade de Tecnologias, Inovação e Comunicação (UTIC); e
- d) O Centro de Estudos Jurídicos, Fiscais e Aduaneiros (CEJFA).

III. Serviços Centrais de conceção de Estratégia, de Políticas e de Coordenação de Execução:

- e) A Direção Nacional do Planeamento (DNP);
- f) A Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública (DNOCP);
- g) A Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE);
- h) A Direção Geral do Tesouro (DGT);
- i) A Direção Geral do Património e de Contratação Pública (DGPCP);
- j)A Direção Geral do Emprego (DGE);
- k) A Direção Geral das Telecomunicações e Economia Digital (DGTED);
- l)A Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE).
- m) A Inspeção Geral de Finanças (IGF).

IV. As Unidades Regulados por Lei Especial:

- a) Unidade de Promoção para o Desenvolvimento das Microfinanças (UPDM);
- b) Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações (UCSNQ).
- c) Unidade de Projetos Especiais (UGPE) e o
- d) Comité de Relato Financeiro (CRF).

V. Administração indireta e entidades reguladoras independentes - Institutos Públicos:

- a) A Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Cabo Verde – CVTradeInvest (CVTI);
- b) O Instituto Nacional de Estatística (INE);

- c) O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); e
- d) O Instituto de Apoio e Promoção Empresarial, I.P- Pró-Empresa Pro-Empresa;
- e) A Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME); e
- f) A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP).

VI. Fundos:

- a) Fundo de Promoção do Emprego e da Formação Profissional(FPEFP), que funciona junto da respectiva Direção Geral do Emprego;
- b) Fundo Nacional de Emergência(FNE), que funciona junto do MFFE;
- c) Fundo Soberano de Emergência(FSE), que funciona junto do MFFE;
- d) Fundo do Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (FUSI).

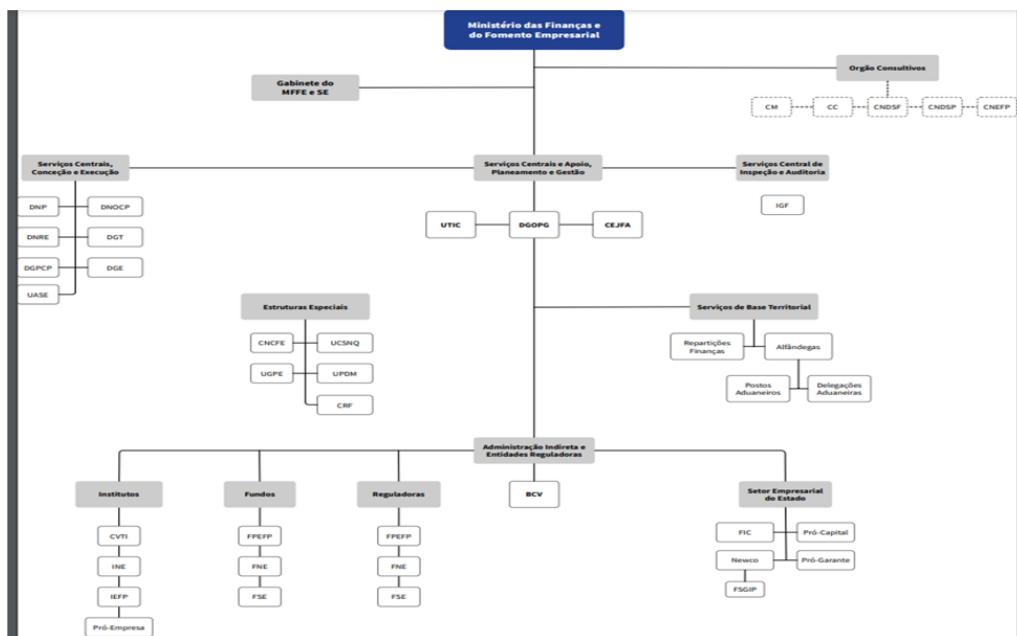
VII. Setor Empresarial do Estado:

- g) A Zona Franca Comercial de Cabo Verde - FIC, S.A.;
- h) A Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde – EHTCV, EPE;
- i) A Pro-Capital, Sociedade de Capital de Risco, Sociedade Unipessoal, S.A;
- j) A Newco-Reclamação e Resolução de Créditos, Sociedade Unipessoal S.A;
- k) A Pró-Garante, Sociedade de Garantia Parcial de Crédito S.A;
- l) O Fundo Soberano de Garantia de Investimento Privado(FSGP).
- m) O Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, E.P.E.;
- n) A Cabo Verde Telecom;
- o) O Parque Tecnológico Arquipélago Digital, S.A; e
- p) Cabo Verde Broadcast.

As pessoas coletivas, os órgãos e os serviços funcionam por objetivos estabelecidos em planos de atividades anuais ou plurianuais devidamente aprovados e o seguimento e a monitorização são feitos através de avaliação de indicadores de desempenho fixados anualmente pelo Ministro, ouvido os competentes órgãos. Os serviços devem colaborar entre si e articular as respetivas atividades na fronteira das suas atribuições, de forma a assegurar uma atuação integrada na concretização das políticas públicas definidas para o MFFE e MED, quadro 1 e 2, respetivamente.

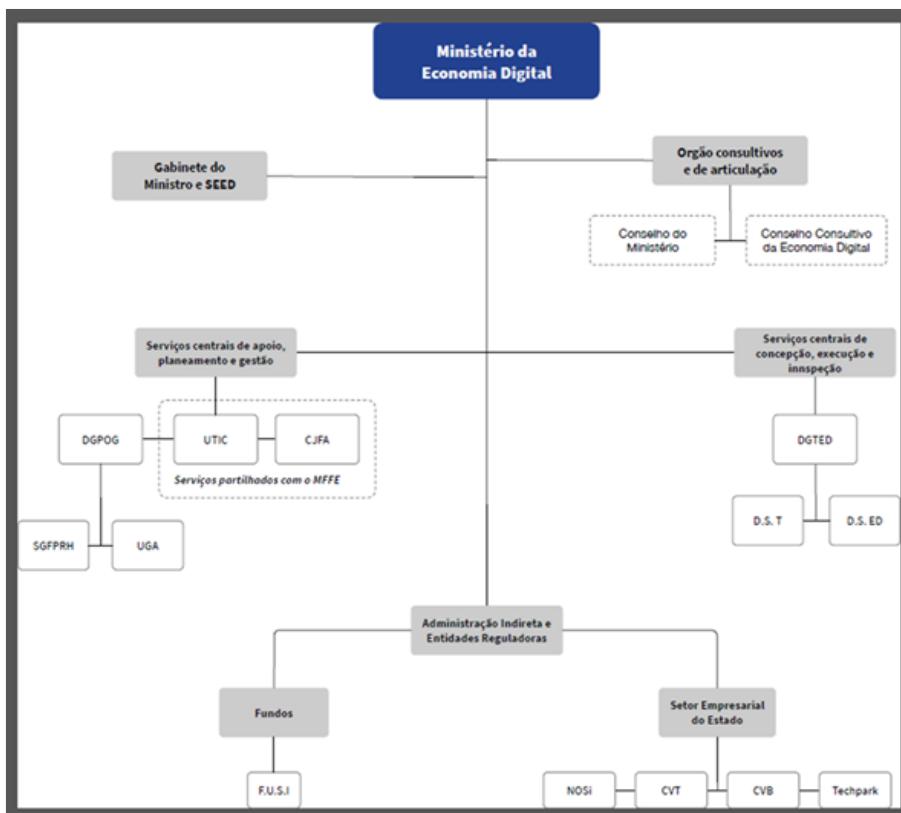
VIII. Organograma MFFE:

Quadro 1. Organograma MFFE



IX. Organograma MED:

Quadro 2. Organograma MED



2. Introdução

O presente Plano de Atividades e Orçamento do MFFE e do MED, para 2022, dá cumprimento a obrigatoriedade da elaboração nos termos do artigo 1.º, da Resolução n.º 1/2003, de 03 de janeiro e, apresentação do mesmo para todos os serviços e organismos, sendo, por isso, este documento fundamental no ciclo de gestão dos setores.

A elaboração do Plano de Atividades e Orçamento discorreu de um processo participativo, com subsídios de todas as unidades orgânicas, entre dirigentes e colaboradores, garantindo o contributo, o acompanhamento e a avaliação efetiva do público interno.

Neste contexto, o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 do MFFE e MED procura integrar os processos de planeamento, edificar-se como um documento fundamental a partir da qual se definem, as atividades a seguir, assim como os meios e recursos dotados, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos determinados para cada subsector, em particular.

3. Objetivos e Estratégias

A continuação do ciclo de gestão iniciado em 2017 e o desenvolvimento da estratégia definida para o período 2022-2026, no quadro do PEDS II, determinou a manutenção, de igual modo, os objetivos estratégicos ajustados para novos tempos, e no contexto pandémico e impactante.

Por causa da pandemia da Covid-19, muitos ganhos nos vários domínios alcançados, no período 2016-2019, foram destruídos em 2020 e nos finais desse ano, mormente a redução da pobreza, o défice habitacional, a taxa do desemprego e a inatividade, e consequentemente um aumento considerável da exclusão dos jovens, os ditos NEET. Assim, a pandemia da Covid-19 poderá continuar a ampliar as vulnerabilidades sociais existentes, a destruição de empregos, sobretudo com o aumento do nível de pobreza juvenil, devendo Estado criar as condições para não permitir a estagnação prolongada da atividade produtiva e proteger os agentes económicos no quadro de ecossistema implementado.

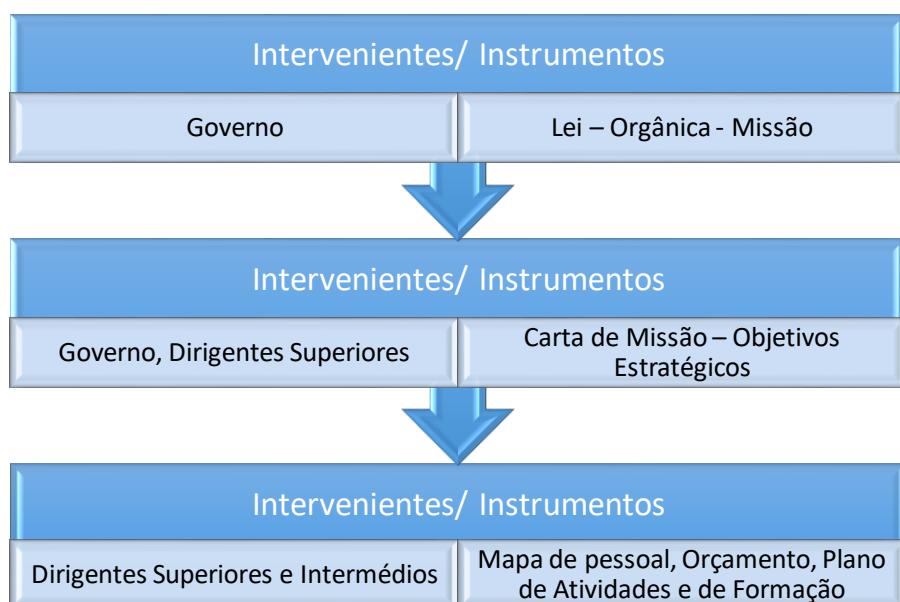
O quadro do Plano de Atividades e Orçamento do MFFE e do MED de 2022 deve, assim, em função das disposições gerais que estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento, atendendo ao nível de endividamento e em contexto de gestão das consequências da crise sanitária, económica, orçamental e social, garantir novas modalidades de gestão da dívida externa e interna, bem como manter a agenda de diversificação da economia e do desenvolvimento sustentável.

De igual modo, em termos operacionais, de planeamento e gestão deverão o MFFE e o MED manterem o foco na revisão e simplificação de processos e instrumentos de trabalho, proporcionando uma perspetiva de trabalho pró-ativa e envolvente, promovendo as condições de realização pessoal.

3.1. Modelo De Governance

Configura-se que o planeamento da atividade dos subsetores do MFFE e do MED, segue o modelo de *Governance* conforme figura infra, e que se baseia no planeamento *top-down* alicerçado na Carta de Missão, que é desdobrada nos Planos de Atividades anuais, que, por sua vez, servem de base à construção dos objetivos das unidades orgânicas e dos dirigentes intermédios e, sequencialmente, dos funcionários e colaboradores, ilustrado no quadro 3 infra.

Quadro 3. Modelo de Governance



O modelo de *Governance* assiste no propósito de assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos, através de uma política e de um sistema de gestão funcional, que funciona como garante da utilização eficiente de recursos financeiros, humanos e patrimoniais.

O modelo permite a fixação dos patamares mínimos de governança para o MFFE e o MED, que consistem em catálogos de produtos a entregar, aferidos pelo Novo Sistema de Monitoramento e Avaliação que trimestralmente emitirá relatórios, mas, também, pelos utentes e pela sociedade, em geral, através dos estudos realizados anualmente.

A política de governança pública que a presente orgânica corporiza apostará também em dirigentes com elevada capacidade técnica e de liderança demonstradas, disponibilidade total e alinhados com o programa do Governo e apostará na confiabilidade, minimizando incertezas para os utentes e o cidadão em geral, e conferindo previsibilidade, transparência e eficiência. Os departamentos do MFFE e do MED prestarão contas e sujeitar-se-ão à avaliação pelos utentes e pela sociedade em geral, garantirão fidelidade aos objetivos e diretrizes previamente definidos, e darão segurança à sociedade em relação a sua atuação, realizando a sua missão com a máxima consistência.

Finalmente, o modelo permite a orgânica iniciar a racionalização de estruturas, aposta na eliminação de redundâncias, na especialização de funções, numa comunicação estratégica, em ação pública e relações externas planeadas e eficientes, no aprimoramento do planeamento para conferir previsibilidade, em serviços partilhados, lideranças fortes, monitoramento e avaliação, crescimento em desempenho, resultados e notoriedade.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- **Financiamento da Economia**

Hoje em dia começa a ter uma maior aceitação no *mainstream* de que todo ecossistema financeiro e de financiamento da economia tem uma grande importância para o crescimento económico, ainda que não exista um consenso sobre os requerimentos para um sistema financeiro operar de forma funcional a dar sustentação ao crescimento económico, ainda que desde século passado tenha sido desenvolvida uma literatura que

destacava a importância dos intermediários financeiros para o financiamento do investimento e de toda economia.

Estrategicamente o Governo consolidará todo Ecossistema de Financiamento da Economia para:

- ✓ Fomentar o Empreendedorismo;
- ✓ O Crescimento e o Desenvolvimento de empresas abarcando as micro, pequenas, médias e grandes empresas, através da Pro-Empresa, da Pro-Garante, da Pro-Capital, a Casa do Empreendedor (*One Stop Shop*);
- ✓ O Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado e facilitação do acesso aos mercados de capitais internacionais;
- ✓ O Fundo Soberano de Emergência como resposta as intervenções emergenciais;
- ✓ O Fundo de Impacto focalizado para a mitigação e recuperação dos efeitos da pandemia da COVID 19;
- ✓ Reformas no Sistema Financeiro como dinâmica particularmente para mercado de capitais e o capital de risco.

Quadro 4. Financiamento da economia.¹¹

OBJETIVO	MEDIDAS
Garantir a Consolidação Orçamental e Reduzir os Riscos macro fiscais	Consolidação orçamental e racionalização das despesas públicas visando uma maior Melhoria de eficiência do SEE
garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Melhoria de eficiência da economia através de privatizações e concessões Consolidação da implementação da Fatura Eletrônica

Quadro 5. Financiamento a Economia.²

OBJETIVO	MEDIDAS
Fomentar o Empreendedorismo, o Crescimento e o desenvolvimento de micro, pequenas, médias e grandes empresas	Reforço da participação de start ups jovem no ecossistema de financiamento Recapitalização das MPME afetadas pela crise através do fundo de impacto Reforço do capital da Pró capital para dinamizar o Capital de risco Reforço do capital da Pro Garante Criação e Mobilização de Linhas de crédito de Apoio a Retoma da Economia Implementação do Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado (FSGIP) Reforço de mecanismos de refinanciamento das instituições de micro-finâncias Implementação da Lei de Garantia de Bens Móveis e da Plataforma de Registo Fomento do leasing imobiliário (criação de fundos de investimentos imobiliário) Incentivos à criação de fundos de investimentos para relançamento projetos inacabados Criação Fundo de Infraestruturas Criação Sociedade de Gestão de ativos tóxicos de bancos comerciais Regulamentação do Crow funding Dinamização do mercado de capitais (crescimento do número de empresas e obrigações em Bolsa, crescimento do volume de transações em mercado secundário) e emissão de obrigações temáticas (Blue Bonds, Green Bonds, Diaspora Bonds e Social Bonds) Valorização da plataforma de serviços financeiros dos Correios de Cabo Verde e das instituições de micro-finâncias Revisão do Código de Benefícios fiscais, revisão do Código do IVA, revisão do Código Aduaneiro, revisão dos códigos dos Impostos sobre o Rendimento

- **Melhoria do Ambiente de Negócios**

O ambiente de negócios em Cabo Verde é um dos grandes entraves ao crescimento mais robusto da atividade económica nacional. O ano de 2021 foi tão desafiador quanto o de 2020 e, assim será o ano 2022 para toda sociedade por conta da pandemia de Covid-19 por controlar, mas com o alento do avanço da vacinação de toda camada da população, que traz esperança para uma retoma da economia de um modo geral.

Perante os desafios da retoma de economia e todo esforço na melhoria do ambiente de negócio cabo-verdiano e de todo ecossistema de inovação implementado, pode-se destacar várias reformas salutares para o país, a saber:

- ✓ Novo Código das Sociedades Comerciais (abertura de empresas);

- ✓ Entrada em funcionamento do projeto SCADA (eletricidade);
- ✓ Quadro legal de Penhora de Bens Móveis e Lei de Central de Riscos (obtenção de crédito);
- ✓ Criação da entidade Jurídica Administrador Judicial (resolução de insolvências)).

Tais reformas implementadas diligenciam, portanto, o aprimoramento do *Doing Business* (DB) e uma maior eficiência do mercado como um todo. Entretanto, Cabo Verde continua com uma classificação no *ranking* internacional do DB muito aquém da meta estabelecida em 2016.

Quadro 6. Melhoria de Ambiente de Negócios

OBJETIVO	MEDIDAS
Doing Business - melhorar o posicionamento no Doing Business: atingir, no horizonte 2026, uma classificação no ranking do DB no topo de países elencados	<p>Implementação da Janela Única de Abertura de Empresas</p> <p>Melhoria da eficiência do Comércio Externo:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Desmaterialização do processo de desembaraço aduaneiro e interoperacionalidade entre DGA e Enapor, DGA e DGTR, DGA e DGASP e DGA e ERIS * Implementação do Sistema Integrado de Gestão de Autorizações Fito-Zoo Sanitárias * Melhoria das condições de networking e conectividade dos portos para a digitalização e desmaterialização das operações * Implementação da Janela Única de Comércio Externo * Aprovação e implementação de Manual do Comércio Externo * Implementação do Portal de Comércio Externo <p>Implementação do Código de Insolvências e Recuperação de Empresas (formação de Administradores Judiciais)</p> <p>Revisão do Código de Contratação Pública e capacitação dos agentes públicos e PME's</p> <p>Proteção de direitos minoritários</p> <p>Operacionalização da Plataforma Única de Criação de Empresa</p> <p>Operacionalização da Plataforma de Investimento Externo – Balcão Único de Investidor</p> <p>Revisão da Plataforma Licenciamento Online da atividade económica</p>

O programa visa colocar o DB no topo das prioridades das reformas económicas e institucionais na nova legislatura, intervindo particularmente nos indicadores onde Cabo Verde tem tido desempenho mais baixo como:

- ✓ O Registo de Propriedades;
- ✓ Obtenção de Crédito;

- ✓ Investimento Minoritário; e
- ✓ Resolução de Pendências.

- **Transformação da Economia Digital**

A visão de Cabo Verde como um Centro das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), preconizada pelo Governo desta IX Legislatura e consolidada nesta nova Legislatura, visa contribuir para a diversificação econômica e alavancar tecnologias digitais articulado no PEDS para o período 2018-2030.

O Plano Estratégico de Cabo Verde para o Desenvolvimento Sustentável considera a Economia Digital como uma das suas prioridades e uma área essencial para o desenvolvimento do país.

A Estratégia Digital de Cabo Verde, em curso, alinhada com a visão de transformar Cabo Verde numa plataforma Digital, e está estruturada em linhas de ação, das quais se destacam:

- ✓ Expansão da infraestrutura de conectividade;
- ✓ Educação e fortalecimento da formação profissional e
- ✓ Disponibilidade de serviços digitais no mercado regional.

A implementação desta Estratégia Digital está sendo cofinanciada por fundos do Banco Mundial, e está estruturada em quatro pilares principais:

1. Fundamentos e reformas do ecossistema digital;
2. Melhoraria a competitividade digital;
3. Cabo Verde como plataforma digital; e
4. Gestão de projetos.

Quadro 7. Transformação da Economia Digital

OBJETIVO	MEDIDAS
<p>Desenvolvimento de Talentos - Dotar o país de recursos humanos capacitados para o mercado digital e criação de oportunidades de emprego qualificado e de empreendedorismo</p>	<p>Desenvolvimento de competências digitais no sistema de ensino, na formação profissional e na reconversão profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Reconversão digital no sistema educativo nas dimensões curricular, métodos de ensino/aprendizagem e disponibilidade de tecnologias de apoio ao ensino/aprendizagem * Reformas para alinhar o sistema educativo cabo-verdiano com os padrões de qualidade dos sistemas educativos de países mais avançados, nomeadamente da OCDE, para a educação de excelência * Criação do quadro legal e regulamentar que permita desenvolver a literacia digital, competências e empreendedorismo digital * Fomento da produção científica nacional através da Criação de um sistema estruturado para o financiamento da Ciência, Tecnologia e Investigação * Uso do digital para fazer chegar o ensino superior a todas as ilhas criando ofertas de proximidade e reduzindo as assimetrias regionais * Desenvolvimento de competências digitais através da formação, sistemas de aprendizagem, estágios profissionais, mentoria, participação em eventos tecnológicos internacionais de referência, orientados para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo * Desenvolvimento de um ecossistema fiscal, financeiro e de financiamento favorável ao empreendedorismo tecnológico

- Qualificação e Empregabilidade

O Governo de Cabo Verde considera, claramente, a juventude cabo-verdiana uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada. Sob o lema “Ninguém Pode Ficar Para Trás”, o Governo, nos últimos 3 anos, tem trabalhado no sentido de garantir o pleno emprego e trabalho decente para todos, através da adoção de políticas públicas eficazes e estruturantes para a promoção e inserção de jovens no mercado de trabalho.

Quadro 8. Qualificação e Empregabilidade.¹

OBJETIVO	MEDIDAS
Reforçar a formação profissional e estágios profissionais	<p>Aprovação de regime jurídico de financiamento da formação profissional Reforço da participação do sector privado na formação profissional</p> <p>Dinamização da formação profissional à distância</p> <p>Reconversão profissional dos jovens com formação em áreas de baixa empregabilidade</p> <p>Capacitação e inserção dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho</p> <p>Orientação da formação profissional para a aceleração da transição da economia informal para o formal, articulada com a promoção do empreendedorismo (assistência técnica, kits e micro crédito)</p> <p>Utilizar a formação profissional como instrumento de promoção da inclusão produtiva de jovens e mulheres em situação de pobreza</p> <p>Reducir a assimetria de oferta de formação profissional nas ilhas</p> <p>Dinamização e atualização do Catálogo nacional de Qualificações</p> <p>Aumentar a oferta de estágios profissionais</p>
Valorização económica e social das profissões	<p>Certificação de qualificação profissional através do processo RVCC – Processo de Reconhecimento e Validação de Competências</p> <p>Alargamento das categorias para a atribuição de carteiras profissionais</p>

A estratégia focaliza na priorização da qualificação dos jovens para o emprego e a empregabilidade para que até 2026 se reduza os NEET para cerca de 20 mil, o desemprego jovem para a metade e designadamente:

- ✓ O reforço da adequação da qualificação profissional às necessidades do mercado de trabalho;
- ✓ A intensificação do processo RVCC;
- ✓ A generalização da acreditação das entidades formadoras;
- ✓ A consolidação do ecossistema de qualificação e empreendedorismo;
- ✓ O reforço da participação do sector privado na formação profissional;
- ✓ As carteiras profissionais;

- ✓ A orientação da formação profissional para o programa de aceleração da transição da economia informal para o formal;
- ✓ A continuação dos estágios profissionais; e
- ✓ O reforço do empreendedorismo jovem no domínio da economia digital e da cultura e das indústrias criativas.

Quadro 9. Qualificação e Empregabilidade.²

OBJETIVO	MEDIDAS
Promoção ativa do emprego	<p>Aumentar a proatividade dos CEPP na divulgação das oportunidades de emprego junto do setor privado e no aconselhamento encaminhamento dos interessados</p> <p>Aumento da divulgação da iniciativa de eliminação da contribuição para a segurança social que recai sobre as empresas quando recrutarem jovens</p> <p>Operacionalizar o serviço de mobilidade profissional nos CEPP</p> <p>Dinamização do Observatório do Mercado de Trabalho</p> <p>Revisão do Plano Nacional do Emprego</p> <p>Implementação da Estratégia Nacional para a Promoção de Emprego Digno</p> <p>Operacionalização do programa de transição da economia informal para a formal</p>

A evolução e o progresso dos Estágios Profissionais, bem como da Formação Profissional, no horizonte temporal 2016 até 2019, foi notória e evidência o trabalho feito pelo Governo, junto ao Setor Emprego e Empregabilidade.

O Setor congratula-se com os resultados alcançados, embora, consciente dos desafios que estão ainda por alcançar. Todos os esforços serão envidados para se atingir as metas estipuladas, nomeadamente, a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Os números alcançados evidenciam que, no período 2022 a 2024, os ganhos serão ainda mais promissores.

Quadro 10. Qualificação e Empregabilidade.³

OBJETIVO	MEDIDAS
Aumento da abrangência do ecossistema de qualificação e financiamento do empreendedorismo	<p>Agilização dos tempos de resposta da concessão dos créditos</p> <p>Promover a passagem para a esfera formal os negócios exercidos no setor informal</p> <p>Desenho de programas específicos e mecanismos de financiamento ajustados às especificidades do empreendedorismo na economia digital e nas indústrias criativas</p>
Reducir as assimetrias regionais no acesso aos programas de empreendedorismo	<p>Dinamização das representações da CASA DO EMPREENDEDOR nas ilhas</p> <p>Intensificação da comunicação e da informação de proximidade para que os jovens tenham conhecimento e possam aproveitar as oportunidades de empreendedorismo em todas as ilhas, em todos os concelhos do país</p>

Quadro 11. Qualificação e Empregabilidade.⁴

OBJETIVO	MEDIDAS
Incentivar a atividade de micro e pequenas empresas de empreendedorismo	<p>Incentivos fiscais e financeiros</p> <p>Implementação de mecanismos de acesso preferencial das Empresas nacionais às compras públicas com fiscalização da ARAP</p>

- **Cabo Verde com Boa Governança e Transparência**

Cabo Verde lidera em África, o essencial dos rankings de desenvolvimento:

- ✓ Humano;
- ✓ Transparência;
- ✓ Liberdades; e

- ✓ Boa Governança.

A Credibilidade Externa é um dos maiores ativos do País e é sobretudo o resultado do percurso democrático, da transparéncia e da boa governação, ocupando a terceira posição do ranking de Percepção de Corrupção em África (Transparency International, 2019).

A Legislatura a iniciar renova o compromisso com a democracia, a transparéncia e a boa governação, na certeza de que perante fenómenos como o populismo e o extremismo que tendem a globalizar-se, é preciso continuar a cuidar, proteger e aprimorar a liberdade e a democracia.

Quadro 12. Boa Governança e Transparéncia

OBJETIVO	MEDIDAS
Reducir os riscos, prevenir e combater a corrupção	Implementação do Conselho de Prevenção da Corrupção (nomeação e empossamento dos membros)

3.3. Objetivos Táticos Vs. Operacionais

Em resultado da aplicação do modelo de *Governance*, para 2022 estabelece os objetivos táticos e operacionais, os quais são desdobrados pelas diferentes unidades orgânicas na globalidade e de relevância para os Ministérios das Finanças e Fomento Empresarial e a Economia Digital. A apresentação dos itens obedece aos parâmetros de referência na lógica da eficácia, eficiência e por resultados.

Quadro 13. Gabinete VPM

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
1. Promover um ambiente de Estabilidade Macroeconómico; 2. Garantir a Transparéncia; 3. Divulgar as Informações sobre os Resultados Esperados.	Agenda do Conselho do Ministério executada	%	3	100%	Agenda executada	GVPM
	Agenda Consultivo Tributário executada	%	3	100%	Agenda executada	GVPM
	Ageda do Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional executada	%	3	100%	Agenda executada	GVPM
	Agenda do Conselho Nacional do Desenvolvimento Setor Financeiro	%	3	100%	Agenda executada	GVPM
	Agenda do Conselho Nacional de Desenvolvimento do Setor Privado	%	3	100%	Agenda executada	GVPM
	Agenda do Conselho da Concertação Social, Acordo da Concertação Estratégica	%	3	100%	Acordo Assinado	GVPM
	Agenda do Conselho da Concertação Social	%	3	100%	Acordo Executado	GVPM

Quadro 14. Gabinete de Assessores da Comunicação e Imagem VPM.

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reforçar a comunicação e o relacionamento positivo com o País e a Diáspora	Plano de comunicação e acção do OE 2022 socializado com o pessoal do MFFE e do MED	Data	3	Jan	Publicacão/ Relatório	GVPM
	Estratégia de comunicação do VPM, MFFE e do MED aprovada	Data	3	Março	Estratégia	GVPM
	Plano de Comunicação do PEDS II aprovado	Data	3	Março	Plano	GVPM
	Alinhamento dos planos de comunicação operacional do MFFE e do MED aprovado	Data	3	Março	Alinhamento	GVPM
	Plano de comunicação do nível tático do MFFE e do MED aprovado	Data	3	Março	Plano	GVPM
	Plano de comunicação do nível político do MFFE e do MED aprovado	Data	3	Março	Plano	GVPM
	Plano de Comunicação do PEDS II executado	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Plano de comunicação do nível tático do MFFE e do MED executado	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Plano de comunicação do nível político do MFFE e do MED executado	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Partilha das agendas de comunicação das estruturas afetas ao MFFE e ao MED realizada	Data	3	Fev	Publicacão/ Relatório	GVPM
	Orçamento do Estado de 2023 socializado com parceiros estratégicos (Classe empresarial, Câmaras de Comércio, ONG'S, etc.)	Data	3	Dez	Publicacão/ Relatório	GVPM
	Política fiscal do OE 2023 socializada	Data	3	Dez	Publicacão/ Relatório	GVPM
	Agenda de educação de Infografia Digital sobre o OE 2022 concluída	Data	3	Mar	Publicacão/ Relatório	GVPM
	Banner digital publicada no site e nas redes	Data	3	Jan	Publicação	GVPM
	Spot de tv/rádio sobre a confiança dos vários atores no oE 2022 emitidos	Data	3	Mar	Publicação	GVPM
	Agenda mensal de tertúlias nas escolas secundárias (3º Ciclo de Escolaridade) e	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Agenda das principais efemérides estabelecidas pelas Nações Unidas que tenham relação com a natureza e atuação do MFFE executada	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Conferências do MFFE realizadas	Nº	3	4	Evento/Fórum	GVPM
	Agenda de visitas às instituições diversas	%	3	100%	Agenda	GVPM
	Plano de formação de jornalistas concluído	Data	3	Mar	Plano	GVPM
	Agenda ce briefings com a imprensa sobre a execução do oE 2022 executada	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Agenda de produção de clipping executada	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Agenda de produção de Ficheiros de imprensa e de jornalistas executada	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Agenda de elaboração de conteúdos sobre o OE para publicação em jornais, site , blogues	%	3	100%	Relatório	GVPM
	Agenda de Entrevistas e participações em programas/debates de TV e rádios estratégicos	%	3	100%	Relatório	GVPM

Quadro 15. DGPOG.

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reforma e Modernização Administrativa do Estado	Plano de Desmaterialização do Arquivo do MF/E e MED concluído	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DGPOG
	Plano de melhoria das condições de instalação e Projeto Arquivo Vivo concluído	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DGPOG
	Plano de resolução do Vínculo Precário do MF (PRVPAP) concluído	Data	3	Junho	Sistema Funcional	DGPOG/DNAP/GVPM
	Agenda de atualização e validação regular BDRH, nos Termos da Lei Vigente executada	Data	3	100%	Publicado no B.O e Sistema Funcional	DGPOG
	Transição do Pessoal da DNRE e DNP a luz dos Estatutos concluída	Data	3	Março	Publicado no B.O	DGPOG
	Agenda anual de avaliação do desempenho do pessoal concluída Articulação estreita com a DNAP, Decreto-Lei que Estabelece Nomas e Princípios Aplicáveis ao Sistema de Gestão de Desempenho do Pessoal e Dirigentes da AP Criado - Avaliação da Meritocracia e de Desenvolvimento	Data	3	Dezembro	Publicado no B.O	DGPOG / DNAP
	Regulamento interno sobre o controlo de assiduidade dos funcionários do MF por Relógios Biométrico aprovado	Data	3	Junho	Publicado no B.O	DGPOG / UTIC / GVPM
	Registo e controlo de assiduidade dos funcionários do MF por Relógios Biométrico funcional	Data	3	Junho	Publicado no B.O	DGPOG / UTIC / GVPM
	Contratos precários (Prestação serviço) regularizados (em estreita articulação com a DNAP)	Data	3	Março	Publicado no B.O	DGPOG/DNAP/GVPM
	Agenda de criação do Núcleo de Trabalho e de Preparação dos Instrumentos de Planeamento e Gestão do MF/E e MED concluída	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DGPOG / DGTED
	Agenda de desmaterialização e evolução para a customização dos serviços do NGD, dos Processos e Correspondência concluída	Data	3	Março	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Sistema videovigilância no MF para seguimento e monitorização operacional	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Agenda da Nova perspetiva Organizacional implementada com melhoria do ambiente do trabalho e acesso a E-Gov concluída	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Agenda anual de Qualificação e Valorização dos RH Comportamento informática do sistema pontualidade e assiduidade assegurada	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Segunda fase E- procurement implementada	Data	3	Agosto	Sistema Funcional	UTIC/DGCP/DGPOG
	Plano de Upgrads nas linhas ADSL e circuito dedicado para uma solução baseada em acessos em fibra ótica executado	%	3	80%	Sistema Funcional	UTIC / DGPOG
	Portal das Finanças Plano do modelo Intranet executado	%	3	50%	Sistema Funcional	UTIC / DGPOG

Quadro 16. Quadro: UTIC.1.(cont.)

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos	Portal do Ministério das Finanças Atualizado	%	3	100%	Portal Desenvolvido Testado e em Produção	UTIC
	Plano de melhoria das Infraestruturas Tecnológicas do Ministério das Finanças executado	%	3	60%	Infraestrutura Tecnológica Operacional	UTIC
	Plataforma de Business Intelligence das Finanças (BIF) actualizado	%	3	60%	Dados actualizados e confiaveis	UTIC
	Sistema de Gestão de Receitas do Estado revisto	%	3	60%	Aumento de receitas	UTIC
	Sigof e Subsistemas melhorado	%	3	60%	Dimuição do tempo de resposta	UTIC
	Segunda fase E- procurement implementado	%	3	60%	Aumento de transparencia	UTIC/DGCP/DGPOG
	Agenda de reforço em Ciber Segurança Implementada	%	3	60%	Aumento de capacidade de resposta	UTIC
	Bancarização IGRP Web Produzido e Operacional	%	3	60%	Implementado	UTIC/DGT
	Interligação Bancária (TEF e BCV) Operacional	%	3	60%	Implementado	UTIC/DGT
	EGOV IGRP Web Produzido e Operacional	%	3	100%	Operacional	UTIC/DGT
	Bonificação IGRP Web Produzido e Operacional	%	3	100%	Operacional	UTIC/DGT

Quadro. UTIC.2.(cont.)

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos	Bussiness Intelligence da Dívida Produzido e Operacional	%	3	50%	Operacional	UTIC/DGT
	Bussiness Intelligence Núcleo Cliente Produzido e Operacional	%	3	30%	Operacional	UTIC
	Bussiness Intelligence Bonificação de juros Produzido e Operacional	%	3	80%	Operacional	UTIC/DGT
	Plano de Novas Infraestruturas de redes no edifício Sede e DNRE executado	%	3	80%	Relatório	UTIC / DNRE
	Plano de Upgrads nas linhas ADSL e circuito dedicado para uma solução baseada em acessos em fibra ótica executado	%	3	80%	Relatório	UTIC / DGPOG
	Plano de Melhorias na Business Intelligence da Gestão Orçamental Executado	%	3	50%	Relatório	UTIC / DNOCP
	Plano de Melhorias na Business Intelligence do Tesouro Executado	%	3	50%	Relatório	UTIC / DGT
	Plano de Melhorias Business Intelligence de Receitas do Estado Executado	%	3	50%	Relatório	UTIC / DNRE
	Portal das Finanças Plano do modelo Intranet executado	%	3	50%	Relatório	UTIC / DGPOG
	Plano de reestruturação SIGOF no IGRPWeb executado	%	3	50%	Relatório	UTIC / DNOCP
	Agenda de consolidação do Sistema de Gestão de Pensão concluída	Data	3	Dezembro	Efectivação das integrações	DNOCP / UTIC
	Agenda de melhoria da Plataforma do Business Intelligence da Gestão Orçamental (BIGO) concluída	Data	3	Dezembro		UTIC / DNOCP
	Agenda de desenvolvimento da Plataforma de consolidação automática das contas das agências reguladoras, Empresas Públicas, INPS e Câmaras Municipais concluída	Data	3	Setembro	Publicação CGE 2020 consolidada, nos termos da nova lei	DNOCP / DNRE / DGT / UTIC / UASE
	Aplicação "Gestão de Resultados das Ações de Controlo" em funcional	Data	3	Dezembro	Implementado	UTIC
	Implementação do site da IGF	Data	3	Dezembro	Implementado	UTIC / IGF
	Aplicação informática para a recolha de informação junto das Entidades Auditadas funcional	Data	3	Dezembro	Implementado	UTIC / IGF
	Desenvolvimento da aplicação para determinação de risco de auditoria	Data	3	Dezembro	Implementado	UTIC / IGF
	Agenda de desmaterialização e de evolução para a customização dos serviços do NGD, dos Processos e Correspondência executada	Data	3	Março	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Agenda de seguimento e monitorização do sistema videovigilância no MF executada	Data	3	Abril	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Nova perspetiva Organizacional implementada, Ambiente do trabalho e Acesso a E-Gov melhorado	Data	3	Jan - Dez	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	Sistema informático de Gestão da pontualidade e assiduidade funcional	Data	3	Jan - Dez	Sistema Funcional	DGPOG / UTIC
	1. Portal da UASE, em funcionamento	Data	3	3º trimestre	Implementado	UASE / UTIC

Quadro 17. CEJFA.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reforma e Reforço da Competitividade de Fiscal	Lei de ICE revista	%	3	100%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código do Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares (CIRPS) Revisto	%	3	50%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código IVA Revisto	%	3	50%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regime Especial de IVA dos bens sujeitos a preços administrados elaborado	%	3	100%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regimes especial de tributação de grupos de sociedades e de reavaliação de ativos introduzidos	%	3	30%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regime de tributação de combustíveis com base na emissão de CO ₂ introduzido	%	3	20%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regulamentos das Leis nº 73/IX/2020 elaborados validado	%	3	100%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regulamentos das Leis nº 80/IX/2020 de 26 de março, elaborados e validados	%	3	100%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código Geral Tributário Revisto	%	3	20%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código Aduaneiro revisto e atualizado e os respetivos regulamentos	%	3	80%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regulamento que define a modalidade de atribuição de isenção, no âmbito dos benefícios fiscais contratuais, decorrente das alterações fiscais publicada no BO de 28 de abril elaborado e aprovado	%	3	50%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Quadro legal de benefícios fiscais revisto	%	3	80%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE

Quadro 17. CEJFA.2. (cont)

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reforma e Reforço da Competitividade de Fiscal	Processo de revisão e do Código do Imposto sobre a propriedade de imóveis (IPI) e de Transmissão de Imóveis (ITI) e concluído	%	3	50%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Diploma que aprova o NIF	%	3	Dezembro	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Portaria sobre sorteio	%	3	Dezembro	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Diploma sobre selos digitais	%	3	Dezembro	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Implementação da AT	%	3	50%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	CDT Itália, Turquia, Hungria, República Checa e Alemanha negociados	%	3	50%	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Estudo sobre o Impacto das Medidas Fiscais sobre os Produtos do Tabaco Adotadas por Cabo Verde	%	3	Dezembro	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Estudo sobre a competitividade fiscal atualizado	%	3	Dezembro	Publicação	CEJFA / GVPM / DNRE
	Conferência sobre a competitividade fiscal realizada	%	3	Dezembro	Forum/ Relatório final	CEJFA / GVPM / DNRE
	Agenda de capacitação em CIPI e CITI executada	%	3	30%	Relatório final	CEJFA / GVPM / DNRE
	Agenda de acompanhamento de acordos implementada	%	3	40%	Implementada	CEJFA / GVPM / DNRE
	Resolução do Vínculo Precário do MF (PRVPAP)	Data	3	Junho	Sistema Funcional	DGPOG/DNAP/GVPM
	Regularização dos contratos precários (Prestação serviço) em estreita articulação com a DNAP	Data	3	Março	Publicado no B.O	DGPOG/DNAP/GVPM

Quadro 18. DNP.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Produzir sinteses informativas mensal para acompanhamento do desempenho da conjuntura nacional</i>						
SERVIÇO DE PROSPECTIVA ACOMPANHAMENTO MACROECONOMICO E ESTATÍSTICA						
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Barómetro de Conjuntura do Quarto trimestre 2021 publicado	Data	3	fev/22	Síntese informativa	DNP
	Barómetro de Conjuntura do Primeiro trimestre 2022 publicado	Data	3	mai/22	Síntese informativa	DNP
	Barómetro de Conjuntura do Segundo trimestre 2022 publicado	Data	3	ago/22	Síntese informativa	DNP
	Barómetro de Conjuntura do Terceiro trimestre 2022 publicado	Data	3	nov/22	Síntese informativa	DNP
	Boletins Macroeconómico Mensais publicados	Unidade	3	12	Boletim	DNP
	Quadro Orçamental de Médio Prazo (MTFF) elaborado	Data	3	mar/22	Quadro	DNP
	Revisão do Cenário Macro a meio percurso realizada	Data	3	ago/22	Síntese informativa	DNP
	Directivas e Enquadramento Macro para Elaboração do OE elaborado	Data	3	jul/22	Directivas	DNP
	Directivas OE 2023 elaborado	Data	3	mai/22	Directivas	DNP

Quadro. DNP.2 (cont)

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macrofiscais</i>	Enquadramento Macro OE 2023 elaborado	Data	3	jul/22	Enquadramento	DNP
	<i>Acompanhar a evolução económica e financeira internacional e as políticas adoptadas e estudar o seu impacto ao nível nacional</i>					
	WEO de Janeiro - Síntese analisado	Data	3	jan/22	Relatório	DNP
	Actualizações de WEO de Abril analisado	Data	3	abr/22	Relatório	DNP
	WEO de Julho - Síntese analisado	Data	3	jul/22	Relatório	DNP
	Actualização de WEO de Outubro analisado	Data	3	out/22	Relatório	DNP
	Boletins de conjuntura do BCE analisados	Unidade	3	12	Relatório	DNP
	Análises de Documentos Diversos	Data	3	jan/22	Relatório	DNP
	Relatórios PM do BCV de Abril analisados	Data	3	abr/22	Relatório	DNP
	Relatórios PM do BCV de Outubro analisados	Data	3	out/22	Relatório	DNP
	Boletins do INE analisados	Unidade	3	12	Relatório	DNP

Quadro. DNP.3

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Estudos Económicos e medidas de políticas (mínimo 5)</i>						
<i>Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macrofiscais</i>	Análises de estudos temáticos sobre a economia cabo-verdiana, como os do FMI,BM, BCV, INE e Outros	Unidade	3	5	estudo Economic	DNP
	<i>Missões (Preparação de dados, apresentações, perguntas e respostas)</i>					
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões do FMI preparados	Data	3	jan/22	Documento Prepara	DNP
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões do Banco Mundial preparados	Data	3	jan/22	Documento Prepara	DNP
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões do GAO preparados	Data	3	jan/22	Documento Prepara	DNP
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões do Fitch Rating preparados	Data	3	jan/22	Documento Prepara	DNP
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões do Standard Poor's preparados	Data	3	jan/22	Documento Prepara	DNP
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões da CEDEAO preparados	Data	3	jan/22	Documento Prepara	DNP
	Dados, apresentações, perguntas e respostas para missões da UAM preparados	Data	3	jun/22	Documento Prepara	DNP
	Comitê de Coordenação Nacional/Comitê de Política Econômica Nacional	Data	3	jan/22	Comitê	DNP
	Programa Plurianual de Convergência de Cabo Verde elaborado	Data	3	out/22	Programa	DNP
	Relatório da Situação Económica e Financeira de Cabo Verde de 2021 elaborado	Data	3	mar/22	Relatório	DNP
	Relatório da Situação Económica e Financeira de Cabo Verde-I Semestre de 2022	Data	3	ago/22	Relatório	DNP
	CTAM-MF/BCV elaborados	Unidade	3	12	Relatório	DNP

Quadro. DNP.4

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Estatísticas das Finanças Públicas de Cabo Verde (GFS) e envio ao FMI</i>						
<i>Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macrofiscais</i>	Agenda Trimestral (2022) de fornecimento de estatísticas das finanças públicas ao FMI executada	Data	3	mai/22	Relatório	DNP
	Agenda de fornecimento de estatísticas das finanças públicas de 2021 ao FMI executada	Data	3	set/22	Relatório	DNP
	Agenda de fornecimento de estatísticas das receitas à OCDE executada	Data	3	mai/22	Relatório	DNP
	Elaboração do cenário macroeconómico do PEDS II	Data	3		Relatório	DNP
	Base de dados para o Modelo Macroeconómico Atualizado	Data	3	jan/22	Base de dados	DNP
	Projeções Macroeconómicas realizadas	Data	3	mar/22	Relatório	DNP

Quadro. DNP.5

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Novo Ciclo de Planeamento 2022 - 2026 Coordenar a elaboração e implementação do documento estratégico de SERVIÇO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO						
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Nota Conceitual e Roteiro do PEDS elaborados	Data	3	jan/22	Relatório	DNP
	Guião, Manuais e Programa de formação das Equipes do MFFE e Setoriais para o PEDS elaborados	Data	3	fev/22	Documentos	DNP
	Evento «Lançamento público do exercício PEDS II» realizado	Data	3	fev/22	Evento	DNP
	Workshops setoriais do PEDS II realizados	Unidade	3	19	Evento	DNP
	Perfil de Especialização Económica das Ilhas de Cabo Verde elaborado	Data	3	mar/22	Relatório	DNP
	Conferência Internacional sobre o Planeamento Estratégico nos SIDS em contexto de pandemia da covid-19 realizado	Data	3	mar/22	Evento	DNP
	Visão, Pilares, Objetivos Estratégicos e lista de Programas do PEDS aprovados	Data	3	fev/22	Publicado	DNP
	Conferência Nacional sobre competitividade fiscal realizada	Data	3	mar/22	Evento	DNP
	Mapeamento dos Parceiros de Desenvolvimento concluído	Data	3	abr/22	Relatório	DNP
	Quadros Lógicos dos Programas do PEDS elaborados	Data	3	mar/22	Quadros Logicos	DNP
	Principais Planos Estratégicos Setoriais elaborados no âmbito do SNP	Data	3	mai/22	Relatório	DNP
	Documento PEDS II redigido e aprovado	Data	3	mai/22	Publicado	DNP
	Principais projetos transformadores do ciclo 2022-2026 elaborados	Data	3	mai/22	Relatório	DNP
	Agenda de Reforma do Sistema Nacional de Planeamento 2022-2026 elaborado	Data	3	ago/22	Relatório	DNP
	Proposta de revisão da Lei Base Sistema Nacional Planeamento elaborada	Data	3	set/22	Proposta	DNP
	Proposta de Regulamento da LBSNP incluído o Regulamento do Conselho Nacional do Planeamento elaborado	Data	3	set/22	Proposta	DNP

Quadro. DNP.6

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Coordenar, em articulação com o MNEC, os trabalhos decorrentes das ações de cooperação internacional						
Coordenação e acompanhamento dos acordos de financiamento de projetos propostos nos Programas de investimento						
Missão do GAO de Maio						
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Agenda de preparação da missão GAO Novembro 2022 elaborada	Data	3	mai/22	Agenda	DNP
	Indicadores da matriz do GAO para a missão de Maio 2022 produzidos	Data	3	mai/22	Indicadores	DNP
	Agenda do Governo para a Missão de Avaliação GAO de Junho de 2022 realizada	Data	3	jun/22	Agenda	DNP
	Missão GAO Novembro					
	Agenda de preparação da missão GAO Novembro 2022 elaborada	Data	3	nov/22	Agenda	DNP
	Indicadores da matriz do GAO para a missão de Maio 2022 produzidos	Data	3	nov/22	Indicadores	DNP
	Agenda do Governo para a Missão de Avaliação GAO de Junho de 2022 realizada	Data	3	nov/22	Agenda	DNP

Quadro. DNP.7

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	<i>Acompanhar os trabalhos decorrentes das ações de cooperação internacional económica e técnica, centralizando as informações que permitam avaliar os resultados e controlar a execução dos compromissos</i>					
	Relatórios mensais de acompanhamento por parceiro elaborados	Unidade	3	12	Relatório	DNP
	Agenda de seguimento da implementação da actual Convenção com a UE e Acompanhamento das Negociações e seguimento do 1º FED/ EU executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de Acompanhamento da implementação das convenções de financiamento e Programas de Cooperação - Luxemburgo executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de Acompanhamento do processo de elaboração do PIC V 2021 2025 de Luxemburgo executado	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de Acompanhamento do PEC-PT executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de Acompanhamento CPS/BM executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de Acompanhamento da implementação do UNDAF, através da elaboração, execução, seguimento e análise dos Planos de Trabalho Anuais executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	<i>Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</i>	Data	3	jan/22	Relatório	DNP
	Road Map implementação ODS em Cabo Verde revisto	Data	3	dez/22	Relatório	DNP
	Relatório de priorização ODS em Cabo Verde revisto e alinhado com o Programa do Governo e o PEDS II	Data	3	jul/22	Relatório	DNP
	Plano de Comunicação ODS em Cabo Verde elaborado	Data	3	ago/22	Publicado	DNP
	Proposta de Lei sobre o Mecanismo de Coordenação da Implementação do PEDS e dos ODS elaborada	Data	3	abr/22	Publicado	DNP
	Mecanismo de Coordenação da Implementação do PEDS e dos ODS funcional	Data	3	nov/22	Relatório	DNP
	Relatório nacional sobre o desenvolvimento sustentável 2022 elaborado	Data	3	dez/22	Relatório	DNP

Quadro. DNP.8

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	<i>Elaborar e coordenar estudos de médio e longo prazo sobre o desenvolvimento económico e social</i>					
	Plano de Implementação do Centro de Inteligência e Políticas Públicas elaborado	Data	3	ago/22	Plano	DNP
	Ciclo de debates Cabo Verde Ambição 2030 de 2022 realizado	%	3	100%	Relatório	DNP
	Perfil de Vulnerabilidade e Resiliencia de Cabo Verde elaborado	Data	3	dez/22	Relatório	DNP
	Agenda do Centro de Inteligência e Políticas Públicas relativa à produção de conhecimento dos processos económicos e sociais do país, em parceria com as instituições académicas executada	%	3	20%	Relatório	DNP
	Agenda do Centro de Inteligência e Políticas Públicas relativa a estudos e definição de normas para avaliação de projetos com impacto para a economia do país executada	%	3	20%	Relatório	DNP
	Agenda do Centro de Inteligência e Políticas Públicas relativa à análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais da economia e da sociedade executada	%	3	20%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.9

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	<i>Acompanhar a implementação das políticas adotadas, a nível do Programa do Governo e do documento estratégico de desenvolvimento nacional</i>					
	<i>Seguir o progresso da implementação dos programas, projetos e unidades finalísticas previstos nos instrumentos de Planeamento da Administração Central e produzir os relatórios de progresso</i>					
	<i>Sistema de Monitoramento e Avaliação</i>					
	Diretrizes de M&A e materiais de apoio para utilizadores do sistema M&A elaborados	Data	3	mai/22	Diretrizes	DNP
	Plano de capacitação de técnicos/setores no uso da plataforma executado	%	3	70%	Relatório	DNP
	Plano de implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Setores executado	%	3	50%	Relatório	DNP
	Diretrizes de avaliação dos programas do PEDS II elaborados	Data	3	set/22	Diretrizes	DNP
	<i>Relatórios PEDS II</i>					
	1º Relatório Trimestral de Monitoramento e Avaliação do PEDS II elaborado	Data	3	dez/22	Relatório	DNP
	Relatório de seguimento do Pós - Compacto II elaborado	Data	3	dez/22	Relatório	DNP
	<i>Quadro Despesas a Médio Prazo</i>		3			
	QDMP 2023 -2025 elaborado com base no PEDS II	Data	3	mar/22	Quadro	DNP
	<i>Orçamento do Estado</i>					
	Proposta de Diretrizes políticas do Orçamento do Estado de 2023 com base no PEDS II elaborada	Data	3	abr/22	Proposta	DNP
	Plano de Implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação nos Municípios executado	%	3	20%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.10

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	<i>Conceber no âmbito do Sistema Nacional do Investimento em concertação com os de mais serviços da DNP, as metodologias de preparação dos projetos de investimentos</i>					
	Metodologia de elaboração de projetos de investimentos elaborada	Data	3	out/22	Metodologia	DNP
	Plano de capacitação setorial sobre a metodologia de elaboração de projetos de investimentos executado	%	3	20%	Relatório	DNP
	Agenda de articulação com o INE executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda do Conselho Técnico e Científico do OMT executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	<i>Capacitação dos Técnicos</i>					
	Plano de desenvolvimento de competências da DNP 2023-2026 aprovado	Data	3	set/22	Plano	DNP
	Plano de desenvolvimento de competências da DNP 2023-2026 executado	%	3	10%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.11

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	SMR					
	<i>Coordenar Elaborar e implementar uma estratégia de mobilização de recursos para a implementação de planos de desenvolvimento nacional e local (PEDS II)</i>					
	Cabo Verde Investment Forum 2022 realizado	Data	3	jun/22	Evento	DNP
	Conferência Internacional de parceria para a implementação do PEDS II realizada	Data	3	out/22	Evento	DNP
	Agenda de acompanhamento das relações de cooperação com os Parceiros em colaboração com o MNEC executada	%	3	100%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.12

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Recursos a serem mobilizados em 2022</i>						
	Agenda de mobilização de recursos para a Economia Azul 2022 executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos para as Energias renovaveis 2022 executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos para o Sector da Agricultura 2022 executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos para o Sector do Turismo 2022 executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos para o Sector educação - Capital Humano 2022 executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos no âmbito da Ajuda Orçamental Espanha executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos no âmbito da Ajuda Orçamental Banco Mundial executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de mobilização de recursos no âmbito da Ajuda Orçamental BAD executada	%	3	100%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.13

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Assinatura de Acordos previstos</i>						
	Acordo de financiamento do Projecto Catipal Humano assinado	%	3	100%	Acordo	DNP
	Acordo de financiamento do Projeto de Reforço da Sustentabilidade, Resiliência e Diversificação do Sector do Turismo em Cabo Verde assinado	%	3	100%	Acordo	DNP
<i>Seguimento Projectos Negociados/Aassinados por arrancar</i>						
	Agenda de seguimento da II fase do projecto de valorização das 3 Bacias Hidrográficas em Cabo Verde (assinado pelo BADEA) executada	%	3	100%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.14

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Missões de Diálogo, Avaliação e Supervisão de Projectos a CV</i>						
	Agenda da Missão Supervisão FIDA realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão BAD realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão JICA realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão Banco Mundial realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão BADEA realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão BEI realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão Fundo Kuwait realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão Fundo Saudita realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da Missão Supervisão OFID realizada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de acompanhamento dos projetos em curso juntos dos diferentes sectores executada	%	3	100%	Relatório	DNP
<i>Identificar novas oportunidades e mecanismos de financiamento</i>						
	Base de dados sobre novas oportunidades e mecanismos de financiamento disponíveis para o sector Público e Privado funcional	Data	3	ago/22	Base de dados	DNP
	Agenda de participação em negociações de acordos de financiamento com os parceiros e instituições financeiras internacionais bilaterais e multilaterais executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de avaliação e priorização de projetos de investimento público executada;	%	3	100%	Relatório	DNP

Quadro. DNP.15

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
<i>Deslocação (Nacional/Regional/Internacional) novos eventos necessarios para a apresentação do PEDS, assim como Assembléias, Colóquios, Seminários, Conferências, Workshops e Formações</i>						
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Agenda da DNP para as Reuniões de Primavera do BM e FMI - Washington DC executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da DNP para a Assembleia Anual do FMI & BM - Washington DC executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da DNP para o Forum Investimento Sector Privado - Dubai executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da DNP para a Assembleia Anual do BAD - Gana executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda da DNP para a Conferencia das partes Sobre Mudanças Climáticas executada	%	3	100%	Relatório	DNP
	Agenda de produção de Memorandos e Pontos situação para os Parceiros de projetos executada	%	3	100%	Relatório	DNP

Quadro 19. DNOCP.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a Consolidação Orçamental e Reduzir os Riscos Macro Fiscais	Sistema de Gestão de Pensão consolidado	Data	3	Dezembro	Efectivação das integrações	DNOCP / UTIC
	Decreto-Lei nº 37/2011, de 30 de dezembro - Classificador de Receitas e Despesas Revisto	Data	3	Janeiro	Publicação no B.O	DNOCP / CEJFA
	Agenda da Melhoria da Plataforma do Business Intelligence da Gestão Orçamental (BIGO) executada	%	3	100%	Dashboard	DNOCP / UTIC
	Plataforma de consolidação automática das contas das agências reguladoras, Empresas Públicas, INPS e Câmaras Municipais operacional	Data	3	Setembro	Publicação CGE 2020 consolidada, nos termos da nova lei	DNOCP / DNR / DGT / UTIC / UASE
	Conta Geral do Estado 2021 elaborada	Data	3	Setembro		DNOCP
	Agenda de elaboração das Contas Provisórias (Mensal) executada	%	3	100%	Publicação no Portal temático do MF (DNOCP)	DNOCP
	Demonstrativos do IPSAS (Caixa) no sistema, incluindo dados da Segurança Social e Agências automatizado	Data	3	Junho		DNOCP
	Competências e âmbito do Controlador reestruturados	Data	3	Dezembro	Orgânica publicada	DNOCP / CEJFA
	Plano de Reformas do Relato Financeiro do Sector Público (Comite do CRF) implementado	%	3	100%	Actas e normativos emitidos	DNOCP / CEJFA
	Primeiro exercício de preparação da Contabilidade patrimonial da Administração Central concluído	Data	3	Dezembro	Plano de implementação	DNOCP

Quadro. DNOCP.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a Consolidação Orçamental e Reduzir os Riscos Macro Fiscais	Proposta do QDMP 2023/2025- Integrado com protutos concluída	Data	3	Abril	Tabelas	DNOCP
	Proposta do OE 2023 elaborada	Data	3	Setembro	Submissão à A.N. e a Publicação OE no Portal do MF	DNOCP
	Proposta de Lei de Desenvolvimento da LBOE elaborada	Data	3	Dezembro	Submissão ao Conselho de Ministro	DNOCP / CEJFA
	Agenda de melhoria de gestão do orçamento através de automatização e desconcentração dos processos orçamentais concluída	Data	3	Abril	Sistema operacional	DNOCP / UTIC
	Plano de formação e apoio as Câmaras Municipais no âmbito da Nova lei de Base do Orçamento para efeito de consolidação do OE 2022 concluído	Data	3	Maio	Listas de presenças dos participantes	DNOCP
	Proposta do QDL-MP elaborado	Data	3	Setembro	Tabelas e Mapa do OE 2022	DNOCP

Quadro 20. DNRE.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Agenda de atualização do Código Aduaneiro executada	Data	3	Março	TDR suporte papel	DNRE
	Sistema de Pagamento Electrónico-E-Payment	Data	3	Março	Sistema Operacional	DNRE / UTIC
	Cadastro de Contribuintes Atualizado	Data	3	dezembro de 2022	Cadastro	DNRE
	Agenda de implementação da Plataforma de Gestão e Controlo de Inspeções concluída	Data	3	dezembro de 2022	Sistema informático disponível	DNRE
	Agenda de implementação do SAF-T- Standard Audit for Taxes Purposes executada	Data	3	Abril	Ficheiro normalizado em formato Xml testado	DNRE / UTIC
	Programa de cidadania Fiscal, Plano Estratégico de Comunicação em funcionamento	Data	3	Dezembro	Plano	DNRE
	Sistema de Inspeção Operacionar o SIIT(Sistema Integrado de Inspeção Tributária)- Iva liquidado	%	3	100%	Sistema Disponível	DNRE / UTIC
	Agenda de implementação da FE-Fatura Eletrónica executada	%	3	75%	Plataforma	DNRE / UTIC
	Novo Modelo Imposto de Selo concluído	Data	3	Outubro	Modelo formato digital	DNRE / UTIC
	Agenda de implementação da Declaração Única DNRE-INPS	Data	3	Agosto	Declaração formato digital	DNRE / UTIC

Quadro. DNRE.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Novo Manual de recurso Hierárquico	Data	3	até 31 de Maio	Manual	DNRE
	Proposta de diretrizes para Recuperação de Crédito em Processo de Insolvência ou recuperação	Data	3	Junho	Proposta apresentada	DNRE
	Agenda de implementação Sistema de Gestão de Fila de espera	Data	3	Dezembro	Sistema Funcional	DNRE / UTIC
	Abertura de Balcão junto da CM-Praia	Data	3	Junho	Local Funcional	DNRE
	Plataforma de Indicadores Estratégicos concluída	Data	3	Março	Plataforma digital	DNRE / UTIC
	Produção de boletins Estatísticos da DNRE	Nº Boletins	3	6	Boletins formato digital	DNRE
	Elaboração do estudo de GAP do IVA	Data	3	Dezembro	Estudo	DNRE
	Lei de ICE revista	%	3	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código do Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares (CIRPS) Revisto	%	3	50%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código IVA Revisto	%	3	50%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regime Especial de IVA dos bens sujeitos a preços administrados elaborado	%	3	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE

Quadro. DNRE.3

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Regimes especial de tributação de grupos de sociedades e de reavaliação de ativos introduzidos	%	3	30%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regime de tributação de combustíveis com base na emissão de CO ₂ introduzido	%	3	20%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regulamentos das Leis nº 73/IX/2020 elaborados validado	%	2	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regulamentos das Leis nº 80/IX/2020 de 26 de março, elaborados e validados	%	2	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código Geral Tributário Revisto	%	3	20%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Código Aduaneiro revisto e atualizado e os respetivos regulamentos	%	1	80%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Regulamento que define a modalidade de atribuição de isenção, no âmbito dos benefícios fiscais contratuais, decorrente das alterações fiscais publicada no BO de 28 de abril elaborado e aprovado	%	2	50%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Quadro legal de benefícios fiscais revisto	%	1	80%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE

Quadro. DNRE.4

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Processo de revisão e do Código do Imposto sobre a propriedade de imóveis (IPI) e de Transmissão de Imóveis (ITI) e concluído	%	2	50%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Diploma que aprova o NIF	%	3	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Portaria sobre sorteio	%	3	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Diploma sobre selos digitais	%	2	100%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Implementação da AT	%	2	50%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	CDT Itália, Turquia, Hungria, República Checa e Alemanha negociados	%	2	50%	Publicação no B. O	CEJFA / GVPM / DNRE
	Estudo sobre o Impacto das Medidas Fiscais sobre os Produtos do Tabaco Adotadas por Cabo Verde	%	2	100%	Estudo	CEJFA / GVPM / DNRE
	Estudo sobre a competitividade fiscal atualizado	%	1	100%	Estudo	CEJFA / GVPM / DNRE
	Conferencia sobre a competitividade fiscal realizada	%	1	100%	Forum	CEJFA / GVPM / DNRE
	Ações de capacitação em CIPI e CITI realizadas	%	2	30%	Certificado	CEJFA / GVPM / DNRE
	Agenda de acompanhamento de acordos implementada	%	1	40%	Agenda publicada	CEJFA / GVPM / DNRE

Quadro 21. DGT.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a Consolidação Orçamental e Reduzir os Riscos	Plano de Tesouraria do Estado Executado	%	3	100%	Relatório	DGT
	Agenda de Concessão de Avales e Garantias do Estado Executado	%	3	100%	Publicação B.O.	DGT
	Dossiers técnicos para reestruturação da dívida pública elaborados	%	3	100%	Dossires elaborados	DGT
	Dossiers técnicos para reestruturação da dívida pública negociados	%	3	60%	Acordos Elaborados	DGT/DNP
	Agenda de Gestão da Dívida Pública Executado	%	3	100%	Relatório Publicado	DGT
	Relatório de Execução da Dívida do Governo Geral Públcido	Data	3	Setembro	Relatório Dívida 2021 Publicado	DGT
	Consolidação da Reforma do Tesouro - Legislação Alterado	%	3	30%	Publicação B.O.	DGT / CEJFA
	Bancarização IGRP Web Produzido e Operacional	%	3	20%	Nível de implementação do sistema	DGT / UTIC

Quadro. DGT.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a Consolidação Orçamental e Reduzir os Riscos	Interligação Bancária (TEF e BCV) Operacional	%	3	20%	Nível de implementação do sistema	DGT / UTIC
	EGOV IGRP Web Produzido e Operacional	%	3	50%	Nível de implementação do sistema	DGT / UTIC
	Agenda da Bancarização das instituições do Estado executada	%	3	100%	Relatório	DGT
	Agenda da Bancarização da AN, Presidência da República e CNE concluída	Data	3	Dezembro	AN, Presidência da República e CNE bancarizadas	DGT
	Bussiness Intelligence da Dívida Produzido e Operacional	%	3	25%	Nível de implementação do sistema	DGT / UTIC
	Bussiness Intelligence Núcleo Cliente Produzido e Operacional	%	3	20%	Nível de implementação do sistema	DGT / UTIC
	Plano de Melhorias na Business Intelligence do Tesouro Executado	%	3	100%	Nível de implementação do sistema	DGT / UTIC

Quadro 22. DGPCP

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais	Proposta de Decreto-Lei que regula a tramitação eletrónica do procedimento de formação dos contratos elaborada	Data	3	Junho	Proposta DL	DGCP
	Plataforma eletrónica do procedimento de formação dos contratos operacional	Data	3	Junho	Funcional	DGCP / UTIC
	Regulamento Notariado aprovado	Data	3	Setembro	Publicação no BO	DGCP
	Portaria 61/98 revisto	Data	3	Setembro	Publicação no BO	DGCP
	Decreto Lei 2/97 revisto	Data	3	Junho	Publicação no BO	DGCP
	Proposta de Novo Regime do PVE elaborada	Data	3	Junho	Publicação no BO	DGCP
	Proposta da Diploma sobre o inventariação de bens do Estado elaborada	Data	3	Junho	Publicação no BO	DGCP
	Plano de Implementação GPS nas viaturas do Estado concluído	Data	3	Setembro	Relatório de implementação	DGCP
	Plano de inventário dos bens patrimoniais do Estadoconcluído	Data	3	Dezembro	Lista publicada	DGCP
	Plataforma das compras públicas consolidada	Data	3	Dezembro	Candidaturas na Plataforma	DGCP / UTIC

Quadro 23. DGE.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Fomentar o Empreendedorismo , o Crescimento e o desenvolvimento de micro, pequenas, médias e grandes empresas	Sistema de Informação de Carteira Profissional Implementado	Data	3	Setembro	Sistema funcional	DGE / UTIC
	Regulamento (Organização, funcionamento e utilização da carteira profissional) Aprovado	Data	3	Setembro	Publicação B.O	DGE / CEJFA
	Inventário nacional dos ativos da Formação Profissional atualizado	Data	3	Dezembro	Relatório	DGE
	Plano de acreditação de entidades formadoras executado (Entidades Formadoras Acreditadas)	%	3	25%	Relatório	DGE
	Plano anual desenvolvimento de competências elaborado e revisto	Nº	3	1	Relatório	DGE
	Regulamento do funcionamento da Formação pedagógica atualizado	Data	3	Out	Publicação B.O	DGE / CEJFA
	Plataforma de Acreditação de Entidades Formadoras implementado e Operacional	Data	3	Março	Sistema funcional	DGE / UTIC
	Sistemas de Estatísticas sobre as políticas ativas de emprego criado	Data	3	Outubro	Sistema funcional	DGE / UTIC
	Relatório anual de desempenho da Formação Profissional publicado	Data	3	Dezembro	Publicação	DGE
	Website da DGE desenvolvido e atualizado	Data	3	Fevereiro	Sistema funcional	DGE / UTIC

Quadro: DGE.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Fomentar o Empreendedorismo , o Crescimento e o desenvolvimento de micro, pequenas, médias e grandes empresas	Plano Estratégico da Formação Profissional elaborado	Data	3	Abril	Relatório	DGE
	PIDC - Programa integrado de Desenvolvimento de Competências implementado	%	3	80%	Relatório	DGE
	Estratégia Nacional de Promoção de Emprego Digno Implementado	%	3	20%	Relatório	DGE
	Novo Regime Jurídico de Acreditação de Entidades Formadoras publicado	Data	3	Outubro	Publicação	DGE / CEJFA
	Novo Regime Jurídico de Formação Profissional publicado	Data	3	Novembro	Publicação	DGE / CEJFA
	Proposta Matriz revisto do Setor de EFE (instrumento avaliação Grupo GAO)	Data	3	Junho	Relatório	DGE / DNP
	Plano de reforma do FEFP implementado	%	3	50%	Relatório	DGE
	Novo Estatuto do FPEF publicado	Data	3	Setembro	Publicação	DGE / CEJFA
	Novo Manual de Procedimentos do FPEF implementado	Data	3	Novembro	Relatório	DGE
	Profissionais certificados através de processo do RVCC	Nº	3	200	Relatório	DGE / SNQ
	Qualificações novas elaboradas	Nº	3	15	Publicação	DGE / SNQ

Quadro 24: DGTED 1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Estruturação do Ministério da Economia Digital	Plano detalhado de Operacionalização do Ministério da Economia Digital	%	3	100%	Plano	GovCV
	Equipa contratadas e integradas na orgânica	%	3	100%	Equipa	DGMED
	Projectos e pastas do sector devidamente avaliados e apropriados pelo Ministério	%	3	80%	Documento	DGTED
	Plano de Ação e Orçamento Criado	%	3	100%	Plano	DGTED
	Documento Estratégico sobre Economia Digital	%	3	100%	Documento	DGTED
	Portal do Ministério da Economia digital criado	%	3	100%	Sistema Operacional	DGTED
	Conselho Consultivo Economia Digital Implementado	%	3	100%	Conselho	DGMED
	Conselho do Ministério Implementado	%	3	100%	Conselho	DGMED
	Pacote de regulamentos e políticas legislativas para garantia da Confiança Digital	%	3	80%	Publicado	GMED/DGTED
	Diploma que cria o regime de ZEET criado e Publicado	%	3	100%	Publicado	GMED/DGTED
Ambiente Legal e regulatório- Políticas e regulamentos de base e prospectivos para uma economia digital segura em CV	Conselho de Gestão da ZEET	%	3	100%	Conselho	GMED/DGTED
	Decreto Lei Tarifa Social de Internet	%	3	100%	Publicado	DGTED/ARME
	Internet bem Essencial	%	3	100%	Sistema Operacional	DGTED
	FUSI -Fundo Universal para Sociedade de Informação	%	3	100%	Relatório	DGTED/ARME/ OPS
	5G	%	3	50%	Relatório	DGTED/ARME
	7/2005- 3a Alteração	%	3	100%	Relatório	GMED/DGTED
	Novo modelo e estratégia de gestão do Capital Humano implementado	%	3	80%	Sistema Operacional	NOSi/DGTED
Suporte na Operacionalização do NOSi	Autoridade de Certificação Electrónica do Estado (ECR-CV) operacional	%	3	80%	Sistema Operacional	NOSi/DGTED
	Avaliação e dimensionamento dos ativos e passivos da RTPC	%	3	100%	Relatório	NOSi/DGTED
	Centro Nacional de Cybersegurança Criado e funcional	%	3	60%	implementado	ARME/DGTED
Implementação do Estratégia Nacional de Cybersegurança (CNCS)	SOC e SIEM operacional	%	3	70%	Operacional	ARME/DGTED
	CV-CERT criado e funcional	%	3	100%	implementado	ARME/DGTED

Quadro: DGTED 2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Consolidação do Ecossistema de Telecomunicações	Iniciativa SV4D em todos os municípios de Cabo Verde	%	3	60%	implementado	DGTED/ARME
	Cabo submarino Ellalink operacional	%	3	100%	Operacional	CVT/DGTED
	Cabo submarino Amílcar Cabral operacional	%	3	50%	Operacional	DGTED/CEDEAO
	Senegal Horn of Africa Regional Express (SHARE) Cable	%	3	100%	implementado	CVT/DGTED
	IXP - Internet Exchange Point	%	3	100%	implementado	DGTED/ARME / NOSi
	Parque Tecnológico finalizado, Inaugurado e em operações	%	3	100%	implementado	DGTED/EGPT
	5G- Projeto Piloto de Implementado	%	3	100%	implementado	DGTED/ARME/ OPS
	WebLab II em operações	%	3	80%	implementado	MINEDU/NOSi/ DGTED
	Reforço do programa NOSi Akademia	%	3	100%	implementado	NOSi/DGTED
Implementação de um Hub de inovação e impacto social e tecnológico	Centro de inovação de impacto social e tecnológico em operações	%	3	50%	Operacional	CVD/DGTED
	Evento Internacional de promoção e Visibilidade de Cabo Verde como Nação Digital	%	3	70%	Evento	CVD/DGTED
	Protocolos de cooperação com entidades internacionais assinados	%	3	80%	Operacional	DGTED
	Programa Nacional de Literacia Digital	%	3	100%	implementado	DGTED/MINEDU
Consolidação do Ecossistema para desenvolvimento de competências digitais	Presença em Fóruns Internacionais	%	3	60%	Relatório	DGTED
	Participação de Startups CaboVerdianas em Feira Internacional - Web Summit; West Africa Innovation Summit; Collision Summit	%	3	100%	Relatório	CVD/DGTED
	Disseminação da plataforma Diaspora Engagement Initiative - dei.gov.cv- 1000+ registos de cabo verdianos na diáspora disponíveis a contribuir	%	3	90%	Relatório	CVD/DGTED
Promoção, visibilidade e Internacionalização de Startups	SikaBadu: Concepção e implementação de um pacote de incentivos para atrair os membros da diáspora cabo verdiana a estabelecerem as suas das suas empresas em Cabo Verde - Pacote de incentivos criado e programa a funcionar.	%	3	50%	implementado	CVD/DGTED
Atração de cérebros da diáspora cabo-verdiana	Desenvolvimento da 1ª Portal com informações sobre o ecossistema de startups tecnológicos de Cabo Verde	%	3	100%	implementado	CVD/DGTED
	Remote work Visa - NÓMADAS DIGITAIS	%	3	100%	implementado	DGTED / MIN TURISMO
Transformação Digital das Empresas	GozMarket	%	3	100%	implementado	CVD/DGTED

Quadro 25: UASE.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	1. Diretrizes para a elaboração do Plano Estratégico para a Governança do SEE e das ERI em Cabo Verde 2022 a 2026, aprovado	Data	3	Março	Diretrizes	UASE
	2. Plano Estratégico para a Governança do SEE e das ERI em Cabo Verde 2022 a 2026, aprovado	Data	3	Junho	Publicação	UASE
	Propostas não elaboradas:					
	1. Resolução n.º 87/2017 de 3 de agosto da agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas, revista	Data	3	Junho	Proposta	UASE / CEJFA
	2. Decreto-Lei que aprova o estatuto especial do pessoal da UASE, elaborado	Data	3	Setembro	Proposta	UASE / CEJFA
	3. Portaria n.º 25/2017, de 30 de junho que contém o regulamento interno da UASE, publicada	Data	3	Dezembro	Proposta	UASE / CEJFA
	Propostas já elaboradas:					
	1. Decreto-Lei que regula o Estatuto do Gestor Público (EGP), elaborado	Data	3	Junho	Proposta	UASE / CEJFA
	2. Resolução nº 56/2016 de 9 de junho que regula as remunerações dos gestores públicos, revista	Data	3	Junho	Proposta	UASE

Quadro: UASE.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	3. Lei do Setor Empresarial do Estado (LSPE), elaborada	Data	3	Junho	Publicação	UASE / CEJFA
	4. Lei que regula o Regime Jurídico das Entidades Reguladoras Independentes (RJERI), elaborada	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	5. Lei Orgânica do Banco Central de Cabo Verde, elaborada	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	6. Decreto-Lei que regula os Estatutos da ARME - Agência Reguladora Multissetorial da Economia, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	7. Decreto-Lei que regula os Estatutos da AAC - Agência da Aviação Civil, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	8. Decreto-Lei que regula os Estatutos da ARES- Agência Reguladora do Ensino Superior, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	9. Decreto-Lei que regula os Estatutos da ARAP - Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	10. Decreto-Lei que regula os Estatutos da ERIS - Entidade Reguladora Independente da Saúde, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	11. Decreto-Lei que regula os Estatutos da ARC - Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, elaborado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE / CEJFA
	1. Decreto-lei/ lei da criação da Autoridade da Concorrência (AdC), elaborado	Data	3	Junho	Publicação	UASE / CEJFA
	2. Plano de Atividades e Orçamento para instalação da AdC, aprovado	Data	3	Junho	Publicação	UASE
	1. Plano de recentragem da IFH, aprovado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE
	2. Redimensionamento dos RH dos TACV, concluído	Data	3	Março	Documentos	UASE
	1. Avaliação de ativos e negócios da CV Handling, atualizado	Data	3	Setembro	Documentos	UASE / CEJFA
	2. Resolução que regulamenta as condições concretas e finais para a privatização da CV Handling, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	3. Concurso para privatização da CV Handling, lançado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE
	4. Minuta de contrato de compra e venda da CV Handling, elaborada	Data	3	Dezembro	Minuta	UASE
	5. Modelo económico-financeiro regulador da concessão à CVI, aprovado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE
	6. Minuta de contrato de concessão (revisão) do serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, elaborada	Data	3	Setembro	Minuta	UASE
	7. Decreto-Lei de criação da ELECTRA PRODUÇÃO, S.A, elaborado	Data	3	Setembro	Implementado	UASE / CEJFA

Quadro: UASE.3

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	8. Decreto-Lei de criação da ELECTRA DISTRIBUIÇÃO, S.A., elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	9. Electra Produção e Distribuição, lançamento de concurso	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE
	10. Minuta de contrato de concessão de serviço público com a Electra Produção e Distribuição, elaborada	Data	3	Dezembro	Minuta	UASE
	11. Decreto-Lei de privatização da EMPROFAC e INPHARMA, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	12. Decreto-Lei de concessão de serviço público à EMPROFAC privatizada, elaborado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE / CEJFA
	13. Concurso para privatização da EMPROFAC e INPHARMA, lançado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE
	14. Minuta de contrato de concessão de serviço público à EMPROFAC privatizada, elaborada	Data	3	Dezembro	Minuta	UASE
	15. Minuta de contrato de compra e venda da Emprofac, elaborada	Data	3	Dezembro	Minuta	UASE
	16. Resolução do Conselho de Ministros para a privatização da SCS através de concurso limitado, elaborado	Data	3	Junho	Publicação	UASE / CEJFA
	17. Concurso para privatização da SCS, lançado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE

Quadro: UASE.4

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	18. Minuta de contrato de compra e venda da SCS, elaborada	Data	3	Setembro	Minuta	UASE
	19. Decreto-Lei de privatização da FIC, elaborado	Data	3	Março	Publicação	UASE
	20. Minuta de contrato de compra e venda da FIC, elaborada	Data	3	Junho	Minuta	UASE
	21. Alteração da resolução da subconcessão da gestão e dos serviços portuários pela ENAPOR, elaborada	Data	3	Dezembro	Documentos	UASE
	22. Concurso para subconcessão da gestão e dos serviços portuários pela ENAPOR, lançado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE
	23. Minuta de contrato da subconcessão da gestão e dos serviços portuários pela ENAPOR, elaborada	Data	3	Dezembro	Minuta	UASE
	24. Concurso para a concessão do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, lançado	Data	3	Junho	Publicação	UASE
	25. Minuta de contrato da concessão do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, elaborada	Data	3	Junho	Minuta	UASE
	26. Avaliação da empresa (ativo e negócios) da Cabnave, atualização concluída	Data	3	Setembro	Documentos	UASE
	27. Estudo de mercado para privatização e/ou estudo de viabilidade para PPP da Cabnave, estudo concluído	Data	3	Dezembro	Documentos	UASE
	28. Diploma de privatização e/ou documentos de PPP da Cabnave, elaborado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE

Quadro: UASE.5

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	29. Concessão da ASA, concluída	Data	3	Junho	Publicação	UASE
	1. Avaliação de ativos e negócio da Caixa, efetuada	Data	3	Março	Documentos	UASE
	2. Estudo de viabilidade da Caixa, efetuado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	3. Documentos para alienação da Caixa, elaborados	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	4. Avaliação de ativos e negócio da INCV, efetuada	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	5. Estudo de viabilidade da INCV, efetuado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	6. Documentos para alienação da INCV, elaborados	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	7. Avaliação de ativos e negócio da CV Telecom, efetuada	Data	3	Setembro	Documentos	UASE
	8. Estudo de viabilidade da CV Telecom, efetuado	Data	3	Setembro	Documentos	UASE
	9. Documentos para alienação da CV Telecom, elaborados	Data	3	Setembro	Documentos	UASE
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	1. Modelo de Plano Estratégico / Plano de Negócio, aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	2. Modelo de Plano de Atividades e Orçamento (PAO), aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	3. Modelo de Relatório Trimestral de execução orçamental, aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	4. Modelo de Relatório e Contas Anual, aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	5. Modelo de Relatório Governo-societário (bom governo), aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	6. Modelo de Contrato de Gestão, aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	7. Modelo de Relatório Trimestral da UASE, aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	8. Modelo de Relatório Anual da UASE, aprovado	Data	3	Junho	Documentos	UASE
	9. Plataforma de Seguimento e Acompanhamento das Empresas do SEE, em funcionamento	Data	3	Setembro	Documentos	UASE
	10. Visita semestrais às empresas do SEE e às ERI	Data	3	Junho	Documentos	UASE

Quadro: UASE.6

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	1. Regulamento interno da UASE, aprovado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE
	2. Estatuto de Pessoal, aprovado	Data	3	Setembro	Publicação	UASE
	3. Manual de Processo e Procedimentos, aprovado	Data	3	Setembro	Manual	UASE
	4. Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, aprovado	Data	3	Setembro	Documentos	UASE
	5. Contratação de novos técnicos, concluído	Data	3	Dezembro	Contratos	UASE
	6. Portal da UASE, em funcionamento	Data	3	Setembro	Implementado	UASE/UTIC
	7. Protocolo de cooperação com UTAM, celebrado	Data	3	Setembro	Implementado	UASE

Quadro: UASE.7

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhoria da eficiência do SEE e da economia através de Privatização e Concessões	2. Formações em diversas áreas, efetuadas	Data	3	Dezembro	Relatório	UASE
	1. PAO anual da UASE, aprovado	Data	3	Dezembro	Publicação	UASE
	2. PAO das empresas do SEE e das ERI, aprovado	Data	3	Dezembro	Documentos	UASE
	3. Plano estratégico e de negócios das empresas do SEE, aprovado	Data	3	Dezembro	Documentos	UASE
	4. Relatório e conta anual das empresas do SEE e das ERI	Data	3	Setembro	Relatório	UASE
	5. Relatório e conta trimestral das empresas do SEE e das ERI	Data	3	Junho	Relatório	UASE
	6. Relatório trimestral da UASE	Data	3	Junho	Relatório	UASE
	7. Relatório anual da UASE	Data	3	Setembro	Relatório	UASE
	8. Relatório de desempenho do SEE	Data	3	Setembro	Relatório	UASE
	9. Auditoria operacional para a revisão de procedimentos e informação financeira da Cabo Verde Inter-ilhas no âmbito da aprovação das contas pelo concedente 2020, elaborada	Data	3	Março	Relatório	UASE
	10. Auditoria operacional para a revisão de procedimentos e informação financeira da Cabo Verde Inter-ilhas no âmbito da aprovação das contas pelo concedente 2021, elaborada		3	Junho	Relatório	UASE
	11. Socialização do PAO com as empresas do SEE e ERI, realizado	Data	3	Março	Relatório	UASE
	1. Protocolo de cooperação com a Parpública PT, celebrado	Data	3	Setembro	Protocolo	UASE
	2. Visita técnica para troca de experiência com a Parpública PT, efetuada	Data	3	Dezembro	Implementado	UASE
	3. Plano de atividade e orçamento para a instalação da Parpública CV, aprovado	Data	3	Dezembro	Implementado	UASE

Quadro 26: IGF.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDAD E DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reducir os Riscos, Prevenir e Combatir a Corrupção	Relatórios de Auditoria a Câmaras Municipais Homologados	Nº	3	4	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-up a Câmaras Municipais Homologados	Nº	3	2	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditoria aos Institutos e SFA Homologados	Nº	3	7	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-up aos Institutos e SFA Homologados	Nº	3	3	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditoria às Empresas Públicas Homologados	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Averiguacão às Empresas Públicas	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-Up às Empresas Públicas	Nº	3	2	Relatório	IGF
	Relatórios de Averiguacão às Empresas Privadas	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditoria às Repartições das Finanças e Alfândegas	Nº	3	6	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-up às Repartições das Finanças	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditoria a projeto financiado pelo BM (solicitado pelo UGPE)	Nº	3	1	Relatório	IGF

Quadro: IGF.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDAD E DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reducir os Riscos, Prevenir e Combater a Corrupção	Relatórios de Análise documental transversal Homologados	Nº	3	15	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditorias às Câmaras Municipais transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-Up às Câmaras Municipais transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditorias aos Institutos e FSA transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	10	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-Up aos Institutos e FSA transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-Up às Repartições das Finanças transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	2	Relatório	IGF
	Relatórios de Follow-Up às Empresas Públicas transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	2	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditorias aos Serviços Simples da AP transitados do ano anterior Homologados	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditorias Extraordinárias às contas eleitorais das Eleições Legislativas	Nº	3	1	Relatório	IGF
	Relatórios de Auditorias Extraordinárias às contas eleitorais das Eleições Presidenciais	Nº	3	1	Relatório	IGF

Quadro: IGF.3

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDAD E DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reforço da Capacidade Institucional	Recrutamento de inspetores para reposição de quadros (reforma e mobilidade)	Data	3	Março	Publicação	IGF/DNAP/ DGPOG
	Capacitação Inspetores	Data	3	Durante o ano	Certificado	IGF
	Viatura Transporte apropriado para deslocações no terreno	Data	3	Março	Viatura	IGF/DGPOG/ DGPCP
	Aplicação "Gestão de Resultados das Ações de Controlo"	Data	3	Dezembro	Aplicação implementada	UTIC
	Implementação da aplicação "Acompanhamento da Implementação das Recomendações"	Data	3	Dezembro	Aplicação implementada	UTIC
	Implementação do site da IGF	Data	3	Dezembro	Aplicação implementada	UTIC
	Desenvolvimento de aplicação informática para recolha de informação junto das Entidades Auditadas	Data	3	Dezembro	Aplicação	UTIC
	Desenvolvimento de aplicação para determinação de risco de auditoria	Data	3	Dezembro	Aplicação	UTIC
	Implementação do Conselho da Inspeção	Data	3	Março	Implementado	IGF

Quadro: IGF.4

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDAD E DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Reforço da Capacidade Institucional	Revisão e implementação do manual de auditoria de IGF	Data	3	Dezembro	Relatório	IGF
	Plano Estratégico IGF, aprovado e homologado	Data	3	Junho	Publicação	IGF
	Guiões de Auditoria para a área de Autarquias Locais aprovado e homologado	Data	3	Dezembro	Publicação	IGF
	Guiões de Auditoria para a área de DGCI aprovado e homologado	Data	3	Dezembro	Publicação	IGF
	Guiões de Auditoria para a área de Empresas Públicas aprovado e homologado	Data	3	Dezembro	Publicação	IGF
	Guiões de Auditoria para a área de Contratação Pública aprovado e homologado	Data	3	Dezembro	Publicação	IGF
	Guiões de Auditoria para a área de Alfândega aprovado e homologado	Data	3	Dezembro	Publicação	IGF
	Guiões de Auditoria para a área de Instituto e FSA aprovado e homologado	Data	3	Dezembro	Publicação	IGF
	Conferência dos OECI-CPLP realizada	Data	3	Novembro	Forums	IGF/ GMF

Quadro 27: UGPE.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhorar a eficiência do Estado e a Qualidade de prestação de Serviços Públicos	Atividades homologadas para concurso	Unidade	3	50	Relatório	UGPE
	Contratos de fornecimento de bem ou serviços celebrados	Unidade	3	70	Publicação	UGPE
	Relatórios semestrais de riscos sociais e ambientais produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Parque Tecnológico de Cabo Verde	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo produzido	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Acesso ao Financiamento a MPME's produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Reestruturação do Sector Empresarial do Estado produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Reforço Educação e Desenvolvimento Competências produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE

Quadro: UGPE.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhorar a eficiência do Estado e a Qualidade de prestação de Serviços Públicos	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Inclusão Social produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto de Preparação e Resposta COVID19 produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Digital Cabo Verde produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Harmonizar e Melhorar as Estatísticas na África Ocidental produzidos	Unidade	3	2	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto de Desenvolvimento de Energias Renováveis produzidos	Unidade	3	1	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto Capital Humano produzidos	Unidade	3	1	Relatório	UGPE
	Relatórios semestrais de seguimento e a avaliação do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Resiliente e da Economia Azul em Cabo Verde	Unidade	3	1	Relatório	UGPE

Quadro 28: CVTI.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhorar o ambiente de negócios	Instrumentos de Gestão (Estatutos, Regulamento Orgânico, Quadro de pessoal e PCCS) aprovados e publicados	Nº	3	1	Publicado B.O	CVTradeinvest
	Acções de formação Quadros da Instituição formados/capacitados em áreas chaves	Nº	3	2	Relatório	CVTradeinvest
	Protocolos de parceria com entidades	Data	3	Março	Protocolo	CVTradeinvest
	Protocolos assinados com instituições congénères	Nº	3	10	Protocolo	CVTradeinvest
	Parque informático, Infraestrutura de Rede e de Comunicação renovados	%	3	10%	Implementado	CVTradeinvest
	Arquivos da Instituição Organizados	Nº	3	60%	Relatório	CVTradeinvest
	Serviço de Apoio Administrativos, Operacional e Técnicos prestados aos departamentos	%	3	70%	Relatório	CVTradeinvest
	Plano de Melhoria da Plataforma do BUI - Balcão Único do Investidor executado	%	3	20%	Relatório	CVTradeinvest
	Projectos Certificados no quadro do Plano de Melhoria da Plataforma do BUI - Balcão Único do Investidor	Nº	3	30	Relatório	CVTradeinvest
	Leis e Regulamento da taxa de serviços administrativos de reconhecimento do investimento revisto e publicado	Data	3	Junho	Publicado B.O	CVTradeinvest

Quadro: CVTI.2

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Melhorar o ambiente de negócios	Portfólios Oportunidades de negócios por sectores e por ilhas pruduzidos	Data	3	Junho	Relatório	CVTradeinvest
	Plano de mapeamento de Potenciais mercados de captação de investimentos executados - Mapas	%	3	100%	Mapas	CVTradeinvest
	Plano do Serviço de Aftercare executado	%	3	100%	Relatório	CVTradeinvest
	Plano do 1º Cabo Verde Investment Forum 2022 executado - Eventos/Forum	Nº	3	100%	Eventos/Forum	CVTradeinvest
	Plano do IIº Cabo Verde Investment Forum 2022 executado - Eventos/Forum	Nº	3	100%	Eventos/Forum	CVTradeinvest
	Plano de comunicação executado	Nº	3	100%	Relatório de execução	CVTradeinvest
	Plano da Diplomacia Económica para atração de investimento e para promoção de produtos caboverdianos executado - eventos/participação efectuado - de protocolos assinado	Nº	3	100%	Eventos/Forum	CVTradeinvest
	Guia do Exportador físico publicado	Nº	3	500	Publicado	CVTradeinvest
	Guia do Exportador Eletronico funcional / Visitas	Nº Visitas	3	2000	Visitas	CVTradeinvest
	Plano Estratégico Nacional das Exportações aprovado	Data	3	Março	Plano	CVTradeinvest
	Portal AGOA operacional - Nº visitas nas publicações eletronicas	Nº	3	2000	Site Funcional	CVTradeinvest

Quadro 29: IEFP

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Garantir a excelência da formação profissional, através da adequação entre as ofertas de formação e às necessidades do mercado profissional, bem como assegurar a massificação e igualdade do acesso	Jovens beneficiados com Orientação Profissional	Nº	3	7604	Relatório	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Praia	Nº	3	605	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Variante	Nº	3	272	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Santa Catarina	Nº	3	500	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Santa Cruz	Nº	3	520	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Fogo	Nº	3	926	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Santo Antão	Nº	3	474	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp São Vicente	Nº	3	560	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Sal	Nº	3	398	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - CEFP Ribeira Grande ST	Nº	3	300	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp S.Nicolau	Nº	3	472	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelo - Cefp Boa Vista	Nº	3	461	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens Qualificados pelos - Cefp Tarrafal St	Nº	3	378	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens beneficiados com Estágios Profissionais Empresariais	Nº	3	2000	Certificados	IEFP/DGE
	Jovens ficiados com kits de inserção (Fomento ao Micro Empreendedorismo)	Nº	3	130	Relatório	IEFP/DGE
	Jovens inseridos no Mercado de trabalho	Nº	3	423	Contratos	IEFP / OMT

Quadro 30: Pro-Empresa.1

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Eixo I –ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO						
1. Criar e promover programas de empreendedorismo, visando contribuir para o aumento do emprego nacional						
Consolidar o ecossistema de Financiamento da economia	Candidaturas aos Financiamentos da Assistência Técnica(SUJ, FME, PRO CRÉDITO, EXPRESS+) processadas	Un	3	1950	Relatório	Pro-Empresa
	Novos Programas de Assistência Técnica para as MPME's criados	Un	3	2	Programa	Pro-Empresa
	Parceiros Beneficiados de Assistência Técnica (AJEC, AMES, CdC, CMunicipais, Universidades, etc)	Un	3	15	Relatório	Pro-Empresa
	Promotores e Empresas Beneficiadas de AssistênciaTécnica	Un	3	1000	Relatório	Pro-Empresa
	2. Promover e dinamizar a cultura da inovação empresarial e gestão		3			Pro-Empresa
	Promotores inovadores beneficiados	Un	3	10	Relatório	Pro-Empresa
	Eixo II –CAPACITAR AS EMPRESAS EPROMOVER O DESENVOLVIMENTOEMPRESARIAL					
	3. Contribuir para o fortalecimento e crescimento do setor privado nacional					
	Novas empresas criadas	Un	3	600	Relatório	Pro-Empresa
	Postos de trabalho criados	Un	3	1200	Relatório	Pro-Empresa
Consolidar o ecossistema de Financiamento da economia	4. Facilitar o acesso das MPMEs novos mercados e em processos de internacionalização					
	Nº Empresas com Acesso a Mercados Internacionais	Un	3	10	Relatório	Pro-Empresa
	5. Estabelecer parcerias e desenvolver cooperação técnica internacional					Pro-Empresa
	Nº Acordos de Cooperação Técnica Internacional	Un	3	2	Relatório	Pro-Empresa

Quadro 31: Pro-Empresa

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
EIXO III –FACILITAR E MELHORAR O ACESSO AO FINANCIAMENTO						
6. Garantir a intermediação bancária, agilizar e acelerar o processo decisório epromover e diversificação de outras fontes e formas de financiamento						
Consolidar o ecossistema de Financiamento da economia	Número de Projetos Financiados	Un	3	1950	Relatório	Pro-Empresa
	Novas Formas de Financiamento (crowdfunding, business angels e capital risco)	Un	3	3	Relatório	Pro-Empresa
	7. Promover e financiar a realização pelos parceiros dos programas de fomento empresarial					
	Número de Parceiros Financiados	Un	3	15	Relatório	Pro-Empresa
	Nº de Ações de Capacitação Realizadas	Un	3	1000	Relatório	Pro-Empresa
	EIXO IV –MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E REDUZIR OS CUSTOS DE CONTEXTO					
	8. Operacionalizar os Balcões de Atendimento à Diáspora (virtual e físico)					Pro-Empresa
	Dinamização os Balcões de Atendimentos	Un	3	2	Sistema funcional	Pro-Empresa
	9. Contribuir para o aumento da competitividade das empresas					
	Diminuição do Tempo Médio de Abertura de Empresas	min	3	30	Relatório	Pro-Empresa
	Diminuição do Tempo Médio Obtenção Crédito	dias	3	45	Relatório	Pro-Empresa

Quadro 32: Observatório do Mercado do Trabalho.

OBJETIVO	PRODUTOS/ENTREGAVEIS	UNIDADE DE MEDIDA	PESO (%)	METAS ANO 2022	MEIO DE VERIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL
Promoção Ativa do Emprego	Plano de capacitação (indicadores e manuseamento da plataforma) (Plano de Trabalho/Infraestrutura de rede concluído	Data	3	Setembro	Sistema funcional	OMT
	Plano diretor do SIMT concluído	Data	3	maio	Plano	OMT
	Plataforma SMIT.StatCV nos servidores do Data Center do Observatorio/NOSI concluída	Data	3	Agosto	Sistema funcional	OMT/NOSI/UTIC
	Logotipo do SIMT aprovado	Data	3	setembro	Logotipo	OMT
	Instrumento legal sobre a criação e funcionamento do SMIT publicado	Data	3	Setembro	Publicação	OMT / CEJFA
	Agenda de seguimento e avaliação executada	Data	3	100%	Relatório	OMT
	Plano de formação concluído	Data	3	Junho	Relatório	OMT
	Estudo de diagnóstico sobre a antecipação de competência e informação sobre o mercado de trabalho em Cabo Verde aprovado	Data	3	Abril	Relatório	OMT
	Relatório sobre a experiência piloto aprovado	Data	3	Dezembro	Relatório	OMT
	Site, facebook como instrumentos de presença digital concluídos	Data	3	Março	Sistema funcional	OMT
	Workshop sobre o mercado de trabalho realizado	Data	3	Maio	Evento/Foruns	OMT
	Base de dados sobre voluntariado concluído	Data	3	Dezembro	Base de dados	OMT
	Relatório sobre ofertas e procura de emprego publicado	Data	3	Dezembro	Relatório	OMT
	Relatório OMT socializado e publicado	Data	3	Junho	Relatório	OMT

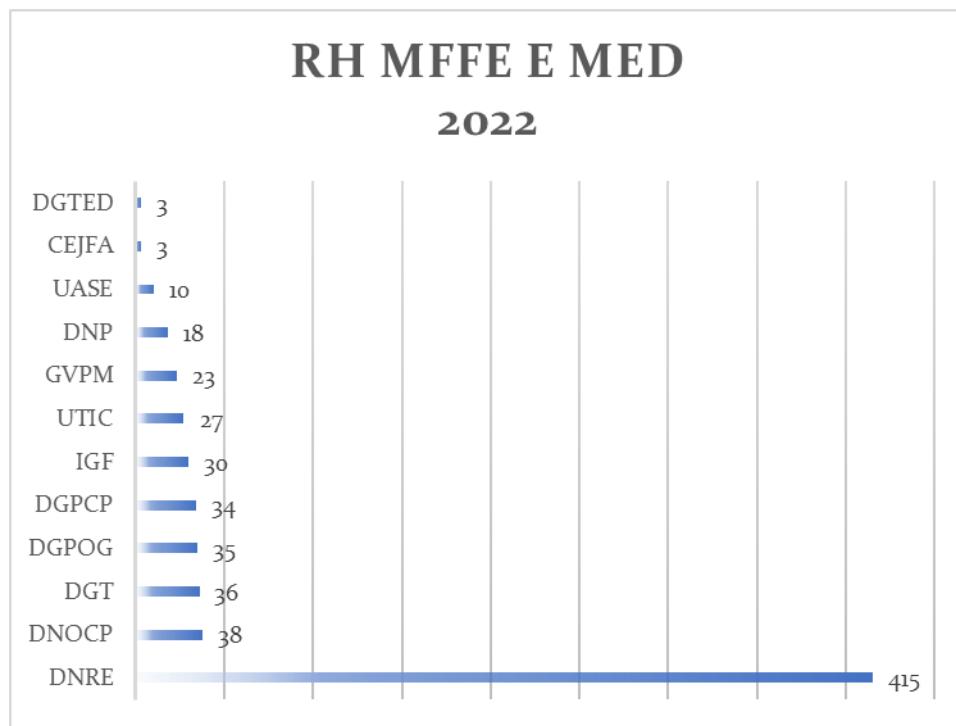
4. Dotação dos Recursos

4.1. Gestão Dos Recursos Humanos

No final de 2021, o MFFE e o MED contam com 664 empregados, distribuídos pelas unidades e afinidades técnicas nas direções em Sede do Ministério e bases territoriais com uma média de idades que ronda os 49 anos. Dos 664 funcionários, cerca de 49% são quadros efetivos do regime privativo, mantendo um vínculo laboral com uma antiguidade média de 7 anos de serviço, cerca de um 16% são contratados auferindo salários do regime privativo, mantendo um vínculo laboral com uma antiguidade media de 7 anos de serviço, cerca de um 22% são contratados auferindo salários do regime comum, mantendo um vínculo laboral com uma antiguidade media de 14 anos de serviço, e o remanescente cerca de 13% são pessoal dirigente ou do quadro especial.

A estrutura com o maior número de colaboradores é a DNRE (DGCI e DGA) com 413 funcionários, seguido da DNOCP com 42 colaboradores. De referir, ainda a DGT e DGPCP com 35 colaboradores, e a DGPOG onde os seus 30 colaboradores prestam suporte transversal para todo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e o Ministério da Economia Digital, conforme figura 3.

Gráfico 2. Número Colaboradores.



Fonte: Dados DGPOG – MFFE 2021.

○ Colaboradores por Género

O MFFE é, de uma maneira geral, um setor com igualdade de género. Neste sentido, em 2021, este ministério contava com 354 funcionários e colaboradores do género feminino (53%), face aos 310 do género masculino (47%). No entanto, vale ressaltar aos Serviços com maior presença masculina que são a UTIC (77%), GMF (65%) e IGF (63%). Por outro lado, os serviços com maior presença feminina são DGPOG e DNOCP (74%), DGT (69%) e DGCI (57%).

Figura 2. Gênero MFFE.



Fonte: Dados DGPOG – MFFE 2021

- **Perfil e Habilidades literárias**

Em termos de habilitações literárias, cerca de 4% dos colaboradores possuem mestrado, 59% licenciatura e 37% o ensino secundário, tendo aumentado consideravelmente o nível de habilitações ano pós ano, figura 5 infra.

Figura 3. Habilidades Literárias.

MFFE E MED PERFIL E HAB.LIT



Fonte: Dados DGPOG – MFFE 2021.

- **Programa de Estágios**

Desde inicio, o Ministério aderiu na primeira linha e como exemplo a seguir o Programa de Estágios Profissionais lançado pelo Governo de Cabo Verde, denominado PEPAP e também no quadro da criação das oportunidades aderiu a PEPE (Programa de Estágio Profissional e Empresarial), liderado pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), bem como nos casos pontuais os ditos Estágios Curriculares solicitadas pelas Universidades.

O Ministério das Finanças acolheu durante o ano 2021, um total de 24 estagiários, em que 2 foram no âmbito do PEPAP e 22 através do PEPE. Para 2022, o comportamento será de continuidade e aderência a estes programas estagio profissional, acolhendo pelo menos 20 estagiários durante o ano, todos no âmbito do PEPAP, ilustrado na figura 6.

Figura 4. Estágios.



Fonte: Dados DGPOG – MFFE 2021.

○ Plano de Formação

A formação é um instrumento de promoção do desenvolvimento organizacional através da otimização do potencial individual e coletivo disponível na organização. Visa-se a capacitação para um desempenho superior na realização das atividades que concretizam a estratégia delineada.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. A mesma organização alertou para o facto de não se tratar apenas de uma crise de saúde pública, mas de uma crise que afetaria todos os setores, e que todos os países teriam de encontrar um justo equilíbrio entre a proteção da saúde, a minimização das perturbações económicas e sociais e o respeito pelos direitos humanos, o respeito e a dignidade laboral. Tal como a OMS previu, a crise sanitária tornou-se uma crise mundial económica e social que infligiu danos sem precedentes ao mundo do trabalho e que para milhões de pessoas se transformou numa catástrofe humanitária.

O lento, mas consistente levantar de restrições, um pouco por todo o mundo, impostas pela pandemia, está a provocar o que muitos não julgavam possível, o regresso aos espaços de *coworking* que afinal não são locais onde “apenas se trabalha”.

Esta tendência de regresso a normalização é alimentada por dois fatores:

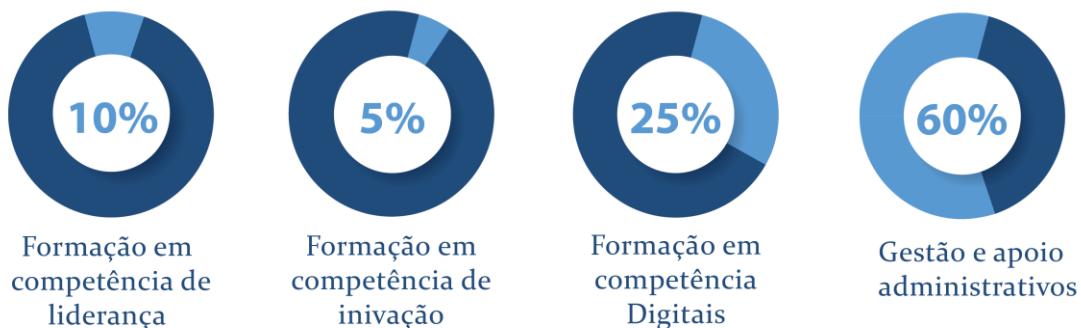
- ✓ A natural necessidade de estarmos com outros sob o mesmo teto, em alternativa clara ao isolamento que é laborar a partir de casa;
- ✓ A rede de contactos profissionais presencial deixou há muito de constar nas agendas, rede essa, vulgo *networking* hoje activamente construída dia-dia, usando

ferramentas digitais e contacto direto, que se mantém atual e, na realidade, insubstituível.

Porém, a medida que as organizações tentam equilibrar as necessidades do “negócio” com as dos funcionários, verifica-se clara oportunidade e precisão de se concentrarem mais no bem-estar dos seus trabalhadores quer na linha da frente, como os demais colaboradores.

Para 2022, os trabalhadores, colaboradores e dirigentes do MFFE e do MED irão frequentar ações de formação programada, comportamental e de especialização, atendendo às competências tidas como mais relevantes para a sua intervenção nas atividades e projetos a prosseguir. As áreas de competência a desenvolver, decorrentes da identificação de necessidades, encontram-se patentes na Figura 7.

Figura 5. Plano Formação.



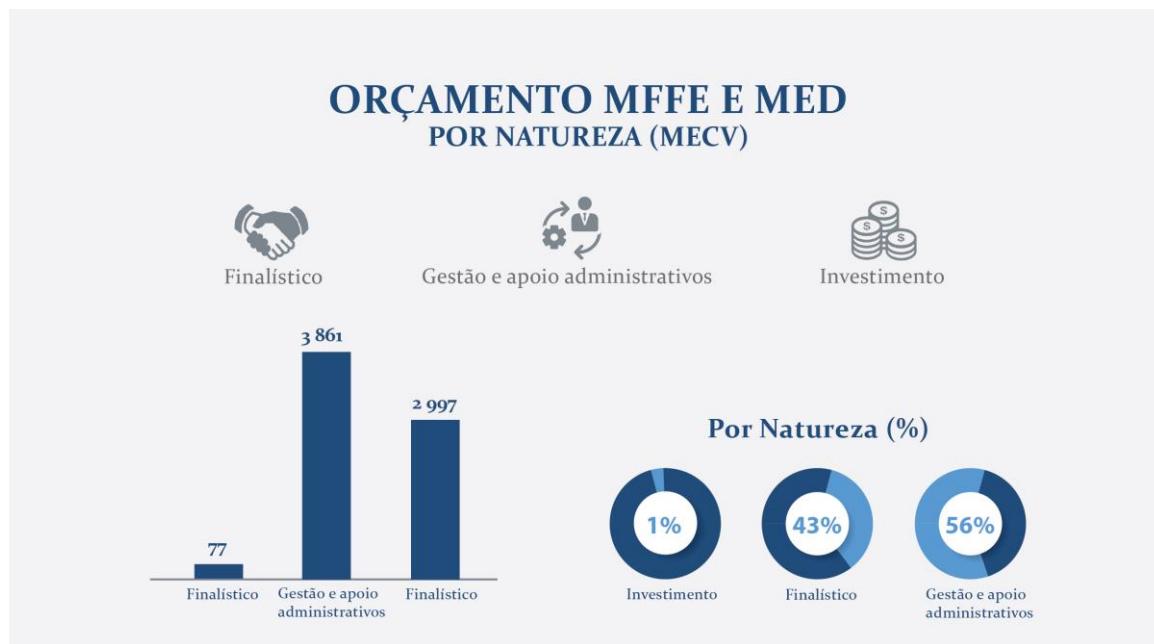
Fonte: Dados DGPOG – MFFE 2021.

4.2. Dotação Orçamental

○ Orçamento MFFE e MED por Natureza

Para o ano fiscal de 2022, a dotação inicial do orçamento do MFFE e do MED, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 6.937.066.874,00 (seis bilhões, novecentos e trinta e sete milhões, sessenta e seis mil e oitocentos e setenta e quatro escudos) distribuído por natureza conforme figura 8.

Figura 6. Orçamento.



Fonte: Dados DGPOG – MFFE 2021.

Dos quais 56% correspondem ao orçamento de natureza de Gestão e Apoio Administrativo, consumindo assim mais de metade do orçamento total, Investimentos com 1% e o remanescente afetada a dotação inicial finalístico.

- **Orçamento MFFE e MED por Programa**

No quadro da elaboração do OE, a fixação do Plafond global decorre da projeção:

- ✓ A evolução das receitas, quer ao nível dos impostos quer ao nível das ajudas orçamentais, sendo que as primeiras resultam da conjugação da melhoria da eficiência da máquina fiscal, das reformas fiscais e do PIB projetado;
- ✓ Equilíbrio entre o binómio: a necessidade de financiamento vs. nível de sustentabilidade da dívida pública, apurado através do Quadro do Endividamento de Médio Prazo (QEMP) e do Quadro Orçamental de Médio Prazo (QOMP).

Na sua persecução, foi dotado valores no sentido de dar corpo ao Programa do Governo para esta nova Legislatura a iniciar, demonstrada no quadro 33 infra:

Quadro 33. Recursos Orçamentais por programa.

Nº	PROGRAMA	Valor	%
1	Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação	485 652 112,00	7,00
2	Gestão de Risco Ambiental, Climática e Geológico	156 397 301,00	2,25
3	Gestão e Administração Geral	4 078 766 279,00	58,80
4	Infraestruturas Modernas e seguras	9 500 000,00	0,14
5	Melhoria da Qualidade de Difusão e Difusão Estatística	566 290 222,00	8,16
6	Melhoria do Ambiente de Negócio	384 369 427,00	5,54
7	Promoção do emprego Digno e Qualificado	803 261 031,00	11,58
8	Reforma do Estado	452 830 502,00	6,53
Total		6 937 066 874,00	100,00

Fonte: Tabela Dinâmica Orçamento MFFE 2022

O programa com maior impacto em termos de valor é a Gestão e Administração Geral, dotado com um montante de **4.078.766.279\$00** (quatro bilhões, setenta e oito milhões, setecentos e sessenta e seis mil e trezentos e um escudos) equivalente a **58,7%** do total de orçamento MFFE e do MED, destinado a despesas de funcionamento, nomeadamente:

- ✓ Encargos com pessoal;
- ✓ Fornecimento de Serviços Externos (água, energia, comunicação, outros contratos de prestações de serviços), e
- ✓ Serviços simples e FSA.

Pelo contrário, o Programa com menor dotação orçamental é Infraestruturas Modernas e Seguras, num montante de **9.500.000\$00** (nove milhões, quinhentos mil escudos) correspondente a **0,13%** do total do orçamento, dado que para o ano 2021 foram adiadas maiorias das obras, por força da Pandemia COVID 19 que impactou negativamente a arrecadação de receitas.

○ Orçamento MFFE e MED por Grandes Rubricas

A rigidez das despesas públicas tem caracterizado a estrutura orçamental por grandes rubricas e veio a acentuar-se com a diminuição das receitas endógenas decorrente da crise provocada pela Covid-19 impactando o total das despesas financiadas com recursos do Tesouro e da ajuda orçamental, com especial realce para as seguintes no quadro do Setor das Finanças:

- ✓ Despesas com o pessoal;
- ✓ Despesas contratualizadas;

O total dos encargos de Despesa com Pessoal no setor MFFE e MED é de **1.571.973.322\$00** (um bilhão, quinhentos e setenta e um milhões, novecentos e setenta e três mil, trezentos e vinte dois escudos) equivalente a **22,6%** do total do orçamento, Aquisição de Bens e Serviços num montante de **1.683.477.437\$00** (um bilhão, seiscentos e oitenta e três milhões , quatrocentos e setenta e sete mil e quatrocentos e trinta e sete escudos) correspondente a **24,2%** do orçamento total e Outras Despesas num montante de **3.681.616.115\$00** (três bilhões, seiscentos e oitenta e um milhão, seiscentos e dezasseis mil e cento e quinze escudos) equivalente a **53,2%** do total do orçamento, ilustrada na quadro 34 infra.

Quadro 34. Grandes Rubricas Orçamento.

CÓDIGO	GRANDES RÚBRICAS	Valor	%
02.01.	Pessoal Contratado	1.571.973.322\$00	22,6
02.02	Aquisições de Bens e Serviços	1.683.477.437\$00	24,2
02.06	Outras despesas	3.681.616.115\$00	53,2
Total		6.937.066.874\$00	100

Fonte: Tabela Dinâmica Orçamento MFFE 2022.

Têm-se verificado que as despesas com Aquisições de Bens e Serviços (ABS) vêm-se agravando em consequência do aumento do número de funcionários, logo do aumento de consumíveis, mas também dos financiamentos dos processos de reforma do Sector Empresarial do Estado e do apoio às empresas privadas e ao empreendedorismo.

Na globalidade, as despesas com ABS registam um aumento na sequência da implementação das medidas e ações em resposta aos efeitos da Covid-19.

Outras despesas englobam sim, as despesas referentes às subpúblicas como a seguros, outras despesas residuais, quotas aos organismos internacionais correntes, equipamentos administrativos, edifícios não residentes, Id – outras correntes, outras restituições, transferências administração pública corrente, outros benefícios sociais em numerários, restituição de IUR, equipamentos de transportes, bolsas de estudos e outros benefícios educacionais, e outros.

5. Plano de Formação Profissional e Política Integradas de Emprego e Empregabilidade

A aposta na Educação, Formação e Emprego, é assumida pelo Governo, como estratégia fundamental para o desenvolvimento de Cabo Verde. Com a integração e esforço conjunto do setor, o país, teve ganhos evidentes nesta matéria e, para a melhoria dos resultados, atualmente, o setor depara-se com novos desafios impostos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orienta as ações nas três (3) vertentes continua, para a materialização das metas definidas pelo Governo para a X Legislatura. São objetos de análise, as metas atingidas pelo Setor de Educação, Formação e Emprego relativamente, aos Indicadores da Matriz, nomeadamente:

- ✓ Educação/formação profissional e/ou profissionalizante;
- ✓ Políticas ativas de emprego;
- ✓ Aprendizagem ao longo da vida;
- ✓ Qualidade; e
- ✓ Financiamento.

A estratégia focaliza na priorização da qualificação dos jovens para o emprego e a empregabilidade para que até 2026 se reduza os NEET para cerca de 20 mil, o desemprego jovem para a metade e designadamente:

- ✓ O reforço da adequação da qualificação profissional às necessidades do mercado de trabalho;
- ✓ A intensificação do processo RVCC;
- ✓ A generalização da acreditação das entidades formadoras;
- ✓ A consolidação do ecossistema de qualificação e empreendedorismo;
- ✓ O reforço da participação do sector privado na formação profissional;
- ✓ As carteiras profissionais;
- ✓ A orientação da formação profissional para o programa de aceleração da transição da economia informal para o formal;
- ✓ A continuação dos estágios profissionais; e
- ✓ O reforço do empreendedorismo jovem no domínio da economia digital e da cultura e das indústrias criativas.

5.1. Formação, Estágio Profissional E Empreendedorismo

A evolução e o progresso dos Estágios Profissionais, bem como da Formação Profissional, no horizonte temporal 2016 até 2019, foi notória e evidência o trabalho feito pelo Governo, junto ao Setor Emprego e Empregabilidade.

O Setor congratula-se com os resultados alcançados, embora, consciente dos desafios que estão ainda por alcançar. Todos os esforços serão envidados para se atingir as metas estipuladas, nomeadamente, a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Os números alcançados evidenciam que, no período 2022 a 2024, os ganhos serão ainda mais promissores.

5.2. Políticas Ativas De Emprego E Empregabilidade

O Governo de Cabo Verde considera, claramente, a juventude cabo-verdiana uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentada e equilibrada. Sob o lema “*Ninguém Pode Ficar Para Trás*”, o Governo, nos últimos 3 anos, tem trabalhado no sentido de garantir o pleno emprego e trabalho decente para todos, através da adoção de políticas públicas eficazes e estruturantes para a promoção e inserção de jovens no mercado de trabalho.

É notório o avanço em matéria de emprego e empregabilidade, responsabilidade e desafio assumido pelo Governo na IX Legislatura, que continuará a ser ancora para nova Legislatura, sob a tutela do MFFE e MED.

Os resultados alcançados até agora, em matéria de Formação Profissional, vislumbram os investimentos que foram feitos pelo Governo na referida política de emprego, bem como, a adoção de estratégias para promover e facilitar o acesso de beneficiários a programas de formação profissional, entre os quais, cofinanciamento de propinas através das medidas do Fundo de Promoção do Emprego e da Formação e da Política Integrada, estrategicamente liderada pelo Setor de Emprego e Empregabilidade.

Dada à importância dessa política de emprego, enquanto medida que visa favorecer a inserção de jovens recém-formados no mercado de trabalho, em parceria com o setor empresarial privado e o setor público, o Governo de Cabo Verde projetou igualmente, metas e fomentos o fortalecimento dos Estágios Profissionais.

Este investimento resulta da política do Governo em criar as condições para a promoção de uma formação profissional de qualidade, alinhadas com as necessidades do mercado.

6. Programas de Apoio à Economia

O Governo através do MFFE e MED consolidará o Ecossistema de Financiamento da Economia para fomentar o empreendedorismo, o crescimento e o desenvolvimento de empresas abarcando as micro, pequenas, médias e grandes empresas, através da:

- ✓ Pró Empresa com a missão de assistência técnica, orientação no acesso ao crédito, aconselhamento e seguimento de micro, pequenas e médias empresas;
- ✓ ProGarante para a concessão de garantias parciais de créditos;
- ✓ ProCapital para participar no capital social e no aumento de capital próprio de micro, pequenas e médias empresas;
- ✓ Casa do Empreendedor (One Stop Shop) que funciona como um balcão único de apoio ao micro, pequeno e médio empresário;
- ✓ A nível de outros instrumentos, continuará a investir na assistência técnica, bonificação de taxas de juro, garantias bancárias e linhas de crédito em articulação com a banca.

6.1. Financiamento Do Setor Privado - MPME Nacional

O Governo da República está em diálogo permanente com o Setor Empresarial Privado Nacional e incentivará a convergência deste com a banca para a gestão sustentável e resiliente da fase pós-moratória.

Para tal, no quadro das suas atribuições o MFFE e MED faz o uso do instrumento da Política Orçamental e do Orçamento do Estado para 2022, operar do lado das empresas e dos empreendedores, com um ambicioso plano de recuperação económico que abrange os setores do turismo, economia digital, economia azul, economia verde, infraestruturação económica do País, os transportes, as indústrias criativas e que inclui nomeadamente:

- ✓ A recapitalização das MPME afetadas pela crise através do Fundo de Impacto, com 10 M€ e do reforço da capacidade de intervenção da Pró Capital;
- ✓ A operacionalização do Fundo Soberano de Garantia para apoiar investimentos de grandes empresas com 90 M€;

- ✓ Alargamento das facilidades de assistência técnica e financeira da PROEMPRESA, com um fundo de 3 MU\$ para serviços de consultoria ao nível da contabilidade e auditoria, elaboração do Business Plan, implementação ou melhoria de sistemas de informação, processo de certificação de produtos, bem como a modernização do sistema de produção, a transição e eficiência energética e transformação digital, com cofinanciamento até 500 mil CVE por empresa;
- ✓ A intensificação do sistema de garantia parcial de crédito pelo reforço do capital da Pró Garante, em 17 MU\$;
- ✓ Consolidação dos mecanismos de refinanciamento das instituições de microfinanças;
- ✓ Criação e mobilização de linhas de crédito para a retoma económica, num montante total de 9 mil milhões de CVE, para financiamento e reestruturação de empresas viáveis e startups, com maior cobertura de garantias da Pró Garante para as MPME e com aval do Estado para as grandes empresas;
- ✓ A consolidação do ecossistema de inovação para fortalecer a competitividade de empresas por meio da digitalização e inovação e do empreendedorismo digital.

6.2. Desenvolvimento Empresarial E “Networking”

Cabo Verde entrou pela primeira vez em diversos rankings de Inovação referentes ao sector privado, graças ao investimento na formação, empreendedorismo e inovação digital com impacto direto na qualificação dos jovens, no emprego e na criação de empresas por parte de jovens cabo-verdianos. O programa continuará a investir, estimular e incentivar o empreendedorismo tecnológico de modo dinamizar a economia digital, criar emprego e consequentemente melhorar o nosso posicionamento em rankings internacionais.

A visão consiste no reforço do investimento no fomento empresarial digital e promoção de I&D através da:

- ✓ Expansão do Programa Startup Jovem, da linha de crédito de apoio à inovação;
- ✓ *Crowdfunding* (financiamento colaborativo) virado para a inovação e a investigação, do desenvolvimento de programas como Programa TIC Seed como pré-incubadora orientada para jovens criarem startups tecnológicos;
- ✓ Programa *Jump Start* destinado a suportar projetos de Investigação e Desenvolvimento das Empresas;

- ✓ Programa *Re!nventa*, que promove a inovação aberta para transformação digital dos setores económicos;
- ✓ Programa *GoGLobal* que tem permitido aos jovens empreendedores participarem em eventos tecnológicos como o *Websummit*, *África Innovation Summit*, *CV Next*, *TEDx*, *Social Media Summit*, *Africa Code Week*, *Youth Festival*, *Global Entrepreneurship Week*, Programa *Remote Working Cabo Verde* (nómadas digitais);
- ✓ Desenvolvimento de comunidades de empreendedores, como componente basilar do ecossistema de inovação nacional, estabelecendo pontes entre técnicos, académicos, empresários, investigadores, apoiantes da inovação, decisores, formuladores de políticas públicas.

6.3. Mobilização De Investimentos Globais De Qualidade

A arena internacional em que atuam os Estados vem-se tornando cada vez mais globalizada, concorrencial e policêntrica, mas também em rápida e, amiúde, imprevisível mutação. incluindo a prevalência de novos atores e fenómenos, que intervêm ativamente nas dinâmicas da economia global, com influências visíveis na tomada das grandes decisões que enformam as relações internacionais.

Na nova realidade, em que predominam os efeitos do fenómeno da Pandemia da COVID-19, os desafios que se colocam à realização do Desenvolvimento Sustentável, de modo geral, e para Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento em especial, são exponencialmente maiores e mais complexos, obrigando a um realinhamento e aperfeiçoamento continuo dos posicionamentos políticos à montante, bem como das estratégias e dos instrumentos de mobilização de recursos para a recuperação e relance resiliente e inclusivo, tanto da economia, como da sociedade à jusante.

É neste ambiente concorrencial, marcado, a um tempo, pela intensificação da abertura das economias e por disputas comerciais, por um lado, e pela corrida generalizada a recursos para a inclusão financeira, económica, sanitária e digital dos Países em Desenvolvimento, por outro lado, que Cabo Verde deve integrar-se de forma ativa, posicionando-se com políticas e agendas claras e assertivas a fim de tirar partido de um universo cada vez mais interdependente.

A nossa natureza arquipelágica, não consegue em termos gerais, o sucesso económico, tanto na sua dimensão micro, como na macro, fora de um contexto de grande abertura económica e profundas relações com o Sistema Económico Mundial (SEM).

A relação do país com a economia mundial globalizada no quadro da mobilização de investimento global e de qualidade, deve estar assente numa inserção via:

- ✓ Produção de Bens e Serviços Transacionáveis nas áreas do Turismo (Plataforma do Turismo);
- ✓ Da Economia do Mar (Plataforma Marítima e Logística);
- ✓ Da Economia Digital (Plataforma de Economia Digital e Inovação);
- ✓ Da Indústria (Plataforma Industrial integrada nas Cadeias de Valor Regionais e Globais) e
- ✓ Da Saúde (Plataforma da Indústria e Turismo de Saúde).

Munida de uma boa inserção em espaços económicos dinâmicos, a meta é de diversificar as fontes de financiamento e mobilização de investimento, que passa:

- ✓ Reforço de diálogo e parcerias com os parceiros de desenvolvimento externo em condições financeiras concessionais;
- ✓ A valorização das nossas especificidades enquanto país aberto, com uma boa localização;
- ✓ Estável, com baixos riscos sociais, políticos, reputacionais, sanitários e securitários.;
- ✓ Um país membro das Nações Unidas e membro de pleno direito da União Africana e da CEDEAO;
- ✓ Relações de turismo, investimentos, comércio, tecnologia e com a diáspora estão fortemente ligadas a países da União Europeia e privilegiadas;
- ✓ Membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- ✓ País insular e que integra o grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e pertencente à Macaronésia;
- ✓ Relações históricas e culturais com Portugal, relações privilegiadas com o Luxemburgo, uma nação com relações seculares com os Estados Unidos da América, relações antigas com a República Popular da China e finalmente os laços de história com o Brasil.

7. Padrões da Promoção da Economia Digital

A visão de Cabo Verde como um Centro das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), preconizada pelo Governo desta IX Legislatura e consolidada nesta nova Legislatura, visa contribuir para a diversificação econômica e alavancar tecnologias digitais articulado no PEDS para o período 2018-2030.

O Plano Estratégico de Cabo Verde para o Desenvolvimento Sustentável considera a Economia Digital como uma das suas prioridades e uma área essencial para o desenvolvimento do país.

A importância atribuída à Economia Digital conduziu ao desenvolvimento da Estratégia Digital de Cabo Verde que aponta o país como plataforma internacional e fornecedor de serviços digitais com o intuito de assumir o papel de:

- ✓ “Hub Digital”;
- ✓ Porta de entrada para a África Ocidental;
- ✓ A localização geográfica privilegiada na região atlântica;
- ✓ A estabilidade política e social, do Estado de direito;
- ✓ A conectividade digital internacional, das infraestruturas tecnológicas e de telecomunicações e das suas capacidades digitais.

A Estratégia Digital de Cabo Verde, em curso, alinhada com a visão de transformar Cabo Verde numa plataforma Digital, e está estruturada em linhas de ação, das quais se destacam:

- ✓ Expansão da infraestrutura de conectividade;
- ✓ Educação e fortalecimento da formação profissional e
- ✓ Disponibilidade de serviços digitais no mercado regional.

A implementação desta Estratégia Digital está sendo cofinanciada por fundos do Banco Mundial, e está estruturada em quatro pilares principais:

1. Fundamentos e reformas do ecossistema digital;
2. Melhoraria a competitividade digital;
3. Cabo Verde como plataforma digital; e
4. Gestão de projetos.

Para promover um ecossistema de inovação e empreendedorismo assente na tecnologia regional de alto nível, está em curso o desenvolvimento de Zonas Económicas Especiais de Tecnologias (ZEET), inicialmente localizadas fisicamente no Parque Tecnológico de Cabo Verde e que inclui um conjunto de serviços, nomeadamente:

- ✓ Centros de negócios;
- ✓ Centro de incubação;
- ✓ Centro de certificação e treinamento;
- ✓ Data Center na Praia e Mindelo; e
- ✓ Edifícios administrativos, auditório e centro cívico.

Por fim, são consideradas padrões da Promoção da Economia Digital a operacionalização dos parques Tecnológicos da Praia e de São Vicente, o Cabo submarino *Ellalink*, a instalação e operacionalização do Centro *Cloud Computing*, a consolidação da transformação digital nos domínios da identificação civil, a informatização e modernização da rede diplomática e consular e a criação da Zona Económica Especial para Tecnologias – ZEET, já referenciada.

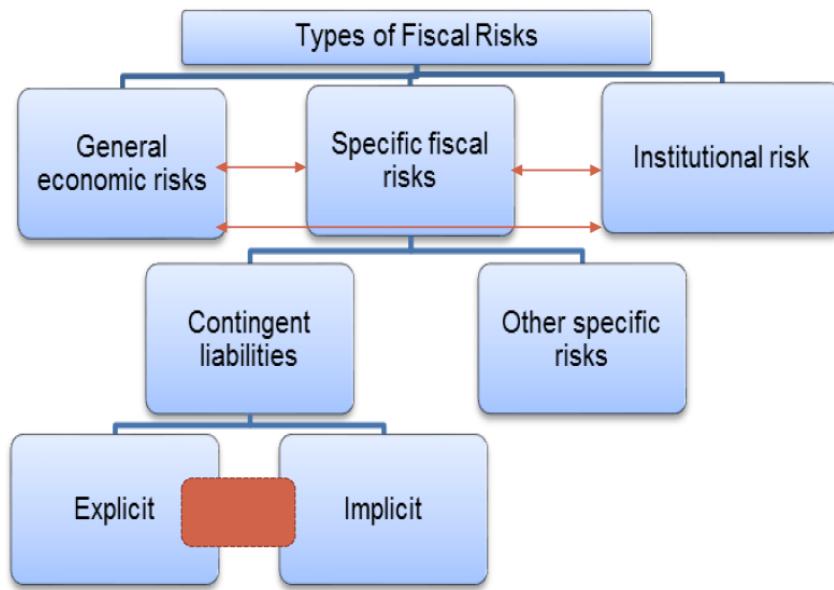
8. Gestão e Mitigação dos Riscos das Atividades e Orçamentais

Os riscos orçamentais e de planeamento são fatores que podem fazer com que os resultados orçamentais se desviem das expectativas ou previsões, que incluem choques potenciais nas:

- ✓ Receitas;
- ✓ Despesas;
- ✓ Ativos ou Passivos do Governo, que não são refletidos nas previsões ou relatórios orçamentais do governo.

A responsabilidade orçamental planeada inclui a identificação e gestão de toda a gama de riscos orçamentais, que muitas vezes estão interligados:

Figura 7. Tipos de risco.



A identificação dos riscos orçamentais e de Planeamento são importantes para a sustentabilidade das Finanças Públicas, uma ancorada na implementação do orçamento equilibrado a Lei de Diretrizes Orçamentárias que contém as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

O Governo da República em certa medida é obrigado a aumentar os seus níveis de dívida, com riscos associados, como:

- ✓ As classificações Soberanas lesadas;
- ✓ Aumento dos Custos da Dívida, desencadeando uma espiral negativa de aumento de despesas;
- ✓ Cancelamento e ou adiamento das Despesas Sociais e de Infraestrutura necessárias;
- ✓ O impacto negativo na Competitividade Nacional, Social, Crescimento Futuro; e
- ✓ A espiral descendente na economia interna e reduzido “espaço orçamental” para despesas chaves.

O “grau” de risco orçamental e das atividades são tipicamente derivados da avaliação da:

- ✓ Probabilidade de materialização;
- ✓ Impacto financeiro, em termos de % do PIB.

O FMI promove uma classificação prática de nível *Alto-Médio-Baixo* em ambos os casos, o que permite combinar ambos em uma Matriz permitindo ver quais riscos são “críticos” e “altos”, para fins de priorização. Isso pode significar, em alguns casos, uma análise anterior

a montante dos riscos intrínsecos, como é o caso em PPPs e EPs e em Empréstimos e Garantias do Estado.

Figura 8. Matriz de Risco.

Impact	Probability		
	Low	Medium	High
Low	Insignificant	Low	Medium
Medium	Low	Medium	High
High	Medium	High	Critical

○ Gestão de Riscos Orçamentais Cabo-verdiana

A Dívida Pública cabo-verdiana já é considerada elevada está fortemente exposto a riscos orçamentais, associadas:

- ✓ **Forte dependência do Turismo e atividades relacionadas com o Turismo** (mais de 20% do PIB), e apesar de registo de muito sucesso, mas com a pandemia global, como para países semelhantes, sejam avançados, emergentes ou em desenvolvimento, o impacto é enorme e pode durar muitos anos. Também pode ser afetado por eventos climáticos;
- ✓ **Alta exposição ao risco de Desastres e mudanças Climáticas;**
- ✓ **EPs**, associadas ao programa de reforma está reduzindo o risco, mas este risco permanece muito significativo com grandes passivos não garantidos de empresas deficitárias;
- ✓ **Garantias para Empréstimos**, normalmente são muito grandes e estão principalmente vinculadas a dívidas das empresas públicas, por vezes tanto externas como internas;
- ✓ **Setor Financeiro**, o nível de choque para as IFs perante a crise da Covid-19, mesmo que bem capitalizadas.

Entretanto, a gestão de riscos orçamentais e de planeamento não é um “negócio” apenas do MFFE, nem só as informações, os dados e medidas de mitigação de risco projetadas e implementadas estão frequentemente alojadas em outros órgãos e autoridades públicas, sem a qual uma boa avaliação seria assimétrica. O trabalho em equipa de forma sustentado ajuda a reduzir os riscos orçamentais gerais e a melhorar a governança das finanças públicas.

Conclusivamente, ter uma sólida GRO e sólida GRD permite ter um bom espaço orçamental e mais capacidade operacional para reagir e mitigar os impactos econômicos e sociais, aumenta a resiliência.

9. Execução, Seguimento e Avaliação

O Plano obedece o modelo normalizado, considerando todos proponentes, sem prejuízo da especificidade de cada subsetor, numa estrutura base do quadro lógico. O instrumento analítico e de gestão que está na base da utilização do método do enquadramento lógico (MEL) permite as respostas de modo integrado e internamente consistente.

O quadro da execução, monitorização e avaliação faz-se na base de indicadores apropriados objetivamente verificáveis (como as realizações, resultados e impactos) a luz dos critérios da:

- ✓ Unidade de medida,
- ✓ Pertinência e ou peso;
- ✓ As metas para o ano em análise;
- ✓ Meios de verificação, e
- ✓ O responsável dos catálogos.

Sintetizam-se os principais aspectos caracterizadores da monitorização e avaliações, tendo em vista as realizações:

- ✓ Produção de Relatórios Trimestrais com Base nos Catálogos de Produtos e respetiva Reunião de Balanço;
- ✓ Relatório e Reunião de Balanço anual nos termos fixados;
- ✓ Compromissos e Responsabilidades no quadro do Contrato de Gestão, e respetiva Avaliação;
- ✓ Relatório do Inquérito sobre Desempenho do MFFE e MED, pelas entidades independentes;
- ✓ Avaliação dos patamares mínimos da Governança do Ministério (que inclui Accountability Comunicação Eficiente; Capacidade de Resposta, Integridade e Confiabilidade);
- ✓ Apreciação Externa pelos Utentes e pela Sociedade, em geral, através dos Estudos realizados anualmente.

O ponto de partida e chegada coincidem no contexto nos objetivos macro estratégico com a Política Oficial traçada

10. Plano Atividades Previstas dos Subsectores (PAO 2022 - Anexos)